

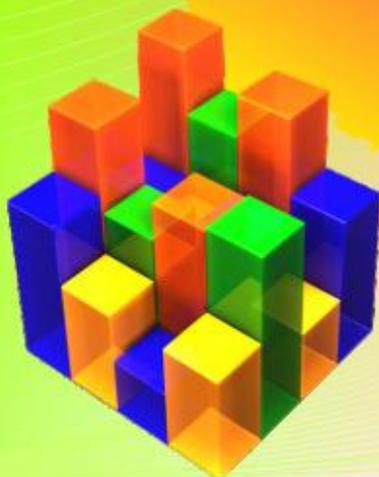


GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ  
*Secretaria do Planejamento  
e Gestão*

# IPECE Conjuntura

Boletim da Conjuntura Econômica Cearense

3º Trimestre de 2015



Fortaleza – Ceará  
Dezembro de 2015

**ipece** INSTITUTO  
DE PESQUISA  
E ESTRATÉGIA  
ECONÔMICA  
DO CEARÁ

## GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Camilo Santana – Governador  
Maria Izolda Cela de Arruda Coelho – Vice-Governadora

## SECRETARIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Hugo Figueiredo – Secretário

## INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto – Diretor Geral  
Adriano Sarquis – Diretor de Estudos Econômicos

### IPECE Conjuntura – 3º Trimestre – jul.set. de 2015

#### Equipe Técnica

*Adriano Sarquis (Coordenação Geral)*  
*Daniel Suliano (Coordenação Técnica)*  
*Alexsandre Lira Cavalcante*  
*Ana Cristina Lima Maia Souza*  
*Gabriel Figueiredo*  
*Jéssica Santos*  
*José Freire Junior*  
*Nicolino Trompieri Neto*  
*Paulo Pontes*  
*Witalo de Lima Paiva*

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará.

Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

#### Missão

Disponibilizar informações geosocioeconômicas, elaborar estratégias e propor políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento do Estado do Ceará.

#### Valores

Ética e transparência; Rigor científico; Competência profissional; Cooperação interinstitucional e Compromisso com a sociedade.

## INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/nº - Edifício SEPLAG, 2º Andar  
Centro Administrativo Governador Virgílio Távora – Cambéba  
Tel. (85) 3101-3496  
CEP: 60830-120 – Fortaleza-CE.  
ouvidoria@ipece.ce.gov.br  
[www.ipece.ce.gov.br](http://www.ipece.ce.gov.br)

## APRESENTAÇÃO

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) publica o IPECE CONJUNTURA – Boletim da Conjuntura Econômica cearense, referente aos resultados do 3º trimestre de 2015.

Neste documento, foram feitas análises do cenário econômico internacional e nacional, os quais serviram de parâmetros para o desempenho da atividade econômica do estado do Ceará.

O Boletim contempla uma série de seções envolvendo indicadores que traduzem o dinamismo conjuntural da economia cearense a partir dos três grandes setores: agropecuária, indústria e serviços, tendo este último foco no comércio varejista (comum e ampliado). Mercado de trabalho, comércio exterior e finanças públicas são outros tópicos destaque do documento.

Paralelo à análise da conjuntura, a última seção reserva um espaço para reflexão sobre temas de interesse da sociedade com um artigo de opinião. O artigo desta edição analisa a política de desenvolvimento regional para o Nordeste.

O Boletim IPECE CONJUNTURA procura atender a demanda do setor público e privado por informações de curto prazo da economia cearense.

## ÍNDICE

### SUMÁRIO EXECUTIVO, 3

### 1. PANORAMA INTERNACIONAL, 5

### 2. EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA, 7

### 3. ECONOMIA CEARENSE E PRODUTO INTERNO BRUTO, 14

### 4. ANÁLISE DA DINÂMICA SETORIAL, 14

4.1. Agropecuária, 15

4.2. Indústria, 18

4.3. Serviços (Comércio Varejista), 24

### 5. MERCADO DE TRABALHO, 30

5.1. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 32

5.2. Emprego Formal, 36

### 6. COMÉRCIO EXTERIOR, 38

### 7. FINANÇAS PÚBLICAS, 45

### 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS, 49

### 9. ARTIGO DE OPINIÃO, 54

*Elementos para uma Intervenção Estratégica do Governo Federal na região Nordeste, 56*

IPECE Conjuntura / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE). – Fortaleza, CEARÁ.  
ISSN 2357-7789

Economia Brasileira. Economia Cearense. Indústria.  
Mercado de Trabalho. Finanças Públicas.  
Fortaleza – Ceará

## SUMÁRIO EXECUTIVO

- O FMI aponta uma projeção de crescimento de 3,1% da economia mundial reduzindo mais uma vez o valor previsto em julho (era de 3,3%). Além disso, a instituição cita alguns fatores que explicam o fraco desempenho dos países emergentes, incluindo a piora da atividade econômica em países exportadores de petróleo, desaceleração da China, queda dos preços das *commodities* e questões internas de alguns mercados.
- O PIB do Brasil registrou novamente uma retração de 1,7% no terceiro trimestre deste ano, comparativamente ao trimestre anterior. Essa é a terceira queda consecutiva mostrando o quadro crítico em que se encontra a atividade econômica nacional.
- Similarmente, a economia cearense registrou uma contração de 5,54% no terceiro trimestre de 2015 com relação ao mesmo período de 2014, apresentando um desempenho muito inferior ao registrado no terceiro trimestre de 2014, com relação ao mesmo período de 2013, quando se verificou crescimento de 5,61%.
- As estimativas para as principais lavouras cearenses segundo a LSPA/IBGE indicam elevada redução na produção de milho, feijão, arroz e mandioca, sendo essas as culturas de maior importância econômica no setor agrícola do Ceará. A causa para essa severa redução recai no baixo volume de chuvas ocorridas no estado, além da irregularidade espacial e temporal registrada pela mesma. Quanto a produção de frutas, também observou-se grandes reduções para o ano de 2015.
- O resultado para o terceiro trimestre do ano foi o pior apresentado pela indústria desde o início da atual fase de retração. Os meses de julho, agosto e setembro foram novamente de quedas contínuas na atividade industrial. Em tais meses o ritmo de retração foi intensificado com taxas mensais superiores a 10,0% na comparação mensal. Convém ressaltar que o ano de 2015 se configura como o segundo ano seguido de retração para manufatura no Ceará e no Brasil.
- As vendas do varejo comum cearense registraram queda no acumulado do terceiro trimestre de 2015 de 5,34% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, percentual levemente inferior ao que foi registrado pelo país, com queda 5,66%. É importante ressaltar que foram registradas quedas sucessivas trimestrais de intensidade cada vez maior ao longo de todo o ano de 2015. Neste mesmo período, o varejo ampliado cearense registrou uma contração de 10,35%, superando o resultado nacional de 9,34%.
- A taxa de desemprego tanto no Brasil como na região Nordeste e no Ceará seguiu uma tendência crescente em 2015. A região Nordeste chegou a apresentar uma taxa de desemprego

igual a 10,8%, seguida pelo Ceará (9,5%) e pelo Brasil (8,9%). No caso do Ceará, a velocidade segue mais vertiginosa, o que pode estar refletindo também uma maior procura por trabalho por pessoas que não estavam na força de trabalho.

- Entre os anos de 2004 e 2015, o terceiro trimestre do ano tinha-se revelado como o principal gerador de novos postos de trabalho na economia cearense, cujo pico foi observado em 2009. A partir deste ano, o saldo positivo de novos empregos gerados foi decrescente com quebra dessa trajetória em 2014. Em 2015, pela primeira vez na história do CAGED foi registrado saldo negativo de 3.716 empregos com carteira assinada.
- Com a retração das exportações e importações, a corrente de comércio exterior do Ceará no terceiro trimestre de 2015 alcançou o valor de US\$ 870,8 milhões, tendo uma redução de 39,85% em relação ao mesmo período de 2014.
- O fato marcante nas finanças públicas no terceiro trimestre de 2015 foi a queda de todas as fontes de receitas do governo cearense. As “Receitas Totais” caíram 16,4% em termos reais, havendo queda de 56,1% das “Receitas de Capital” e 7,1% nas “Receitas Correntes”. A menor redução foi registrada entre as receitas de “Impostos”, com queda de 2,5% nesta rubrica.

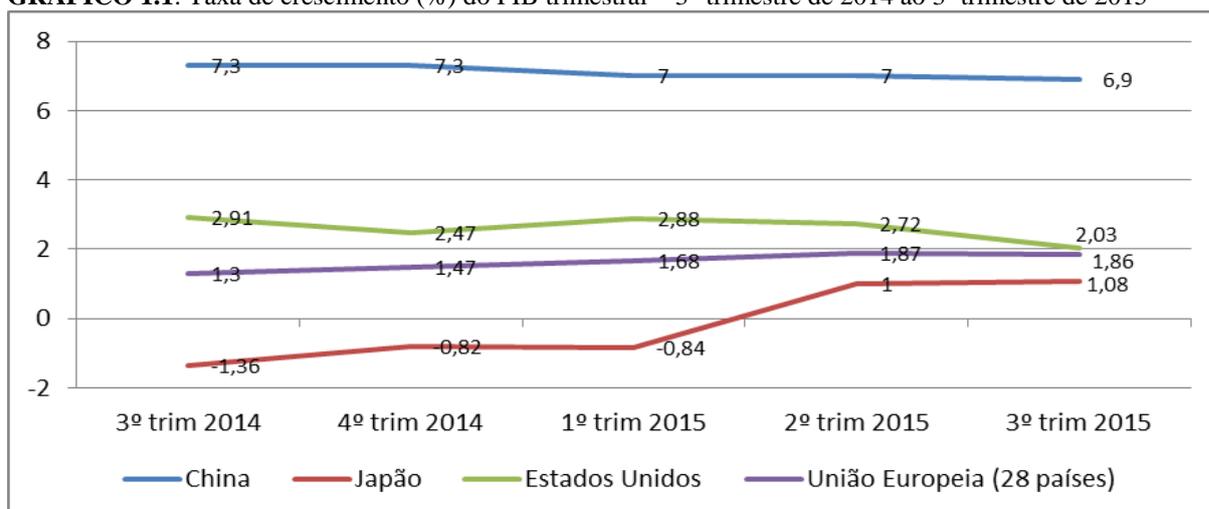
## 1 PANORAMA INTERNACIONAL

O desempenho das principais economias mundiais no terceiro trimestre de 2015 mostrou comportamentos diferenciados, observando-se, ademais, que os países da União Europeia vêm dando sinais concretos de recuperação da crise e retomada do crescimento. Conforme pode ser visto no Gráfico 1.1, as taxas de crescimento do bloco econômico da União Europeia indicam uma tendência de crescimento, uma vez que no 3º trimestre de 2014 registrou taxa de 1,3%, evoluindo para 1,86% no 3º trimestre de 2015.

A Alemanha é a economia de maior destaque para essa retomada da União Europeia, pois conseguiu manter o crescimento, além de ter estimulado as economias de outros países do bloco. Sendo assim, pode-se citar a recuperação da Espanha, que no terceiro trimestre de 2015 obteve crescimento de 3,36%; França e Itália, com taxas de crescimento de 1,21% e 0,9%, respectivamente, para esse mesmo período (segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico - OCDE).

Quanto ao comportamento da economia americana, verificou-se uma estabilidade em torno de 2% nas taxas de crescimento trimestrais. Porém, havia uma expectativa de crescimento econômico maior ao longo do ano de 2015 e isso não vem sendo confirmado em consequência principalmente das incertezas das economias externas. Diante desse cenário as decisões de política monetária mantiveram-se cautelosas no terceiro trimestre, ainda mantendo os juros próximos de zero.

**GRÁFICO 1.1:** Taxa de crescimento (%) do PIB trimestral – 3º trimestre de 2014 ao 3º trimestre de 2015\*



Fonte: OCDE. \*Comparação com o mesmo período do ano anterior

A economia do Japão também vem apresentando resultados otimistas, quando nos dois últimos trimestres registrou crescimento positivo. O impasse da economia do país consiste em

um baixo consumo interno, queda dos investimentos estrangeiros das empresas e queda das exportações, reflexo de uma desaceleração nas economias emergentes, especialmente da China.

Com relação à economia da China, as taxas trimestrais apontam uma continuidade da desaceleração. Medidas tomadas pelo governo chinês, como a desvalorização da moeda nacional (Iuan), o refinanciamento de empréstimos e aumento das compras de ações de pequenas e médias empresas pela Comissão Reguladora da Bolsa de Valores da China para aumentar a liquidez do mercado têm levado a uma desconfiança sobre o desempenho da economia.

Quanto às expectativas de crescimento econômico mundial para o ano de 2015, o Fundo Monetário Internacional projetou uma taxa de 3,1%, reduzindo mais uma vez o valor previsto, que em julho era de 3,3%. Essa revisão para baixo deveu-se principalmente à desaceleração do crescimento dos países emergentes, incluindo grandes economias, como Brasil e Rússia. O FMI cita alguns fatores que explicam o fraco desempenho dos países emergentes, incluindo a piora da atividade em países exportadores de petróleo, desaceleração da China, queda dos preços das *commodities* e questões internas de alguns mercados.

Para os países desenvolvidos as expectativas aparecem mais otimistas, com aceleração modesta do crescimento neste ano, refletindo, entre outros fatores, a queda do preço do petróleo e política monetária de juros baixos. A zona do euro teve as previsões de expansão mantidas para 2015 em 1,5%. O Japão deve voltar a ter expansão este ano.

Assim, o FMI chama a atenção para um crescimento mundial desigual, onde os países emergentes mostram tendências de queda e desaceleração, enquanto os países desenvolvidos deverão retomar o ritmo de crescimento.

## 2 EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA

No terceiro trimestre de 2015, o PIB do Brasil registrou queda de 4,5% em relação ao terceiro trimestre de 2014 (Tabela 2.1), mantendo o mesmo ritmo de queda quando comparado ao terceiro trimestre de 2014 com relação ao mesmo período do ano de 2013, quando verificou-se um decréscimo de 1,1%. No acumulado dos três trimestres de 2015 em relação ao mesmo período de 2014, observa-se uma queda de 3,2%. Já para a taxa anualizada, onde computa-se o crescimento dos últimos quatro trimestres em relação aos quatro imediatamente anteriores, registra-se um decréscimo de 2,5%.

**Tabela 2.1:** Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades – Brasil – 3º Trim. 2014 a 3º Trim. 2015 (\*)

Setores e Atividades	3º Trim. 2014 (**)	1º Trim. 2015 (**)	2º Trim. 2015 (**)	3º Trim. 2015 (**)	Acumulado no ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
<b>Agropecuária</b>	<b>0,3</b>	<b>5,4</b>	<b>2,2</b>	<b>-2,0</b>	<b>2,1</b>	<b>2,1</b>
<b>Indústria</b>	<b>-2,9</b>	<b>-4,4</b>	<b>-5,7</b>	<b>-6,7</b>	<b>-5,6</b>	<b>-4,7</b>
Extrativa Mineral	10,0	12,5	8,2	4,2	8,1	8,7
Transformação	-4,2	-7,3	-8,1	-11,3	-9,0	-8,2
Construção Civil	-7,6	-8,3	-10,6	-6,3	-8,4	-6,9
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	-6,7	-6,6	-1,6	1,5	-2,3	-2,9
<b>Serviços</b>	<b>-0,3</b>	<b>-1,4</b>	<b>-1,8</b>	<b>-2,9</b>	<b>-2,1</b>	<b>-1,6</b>
Comércio	-2,6	-5,9	-7,1	-9,9	-7,7	-6,1
Transportes	2,0	-4,0	-5,2	-7,7	-5,7	-3,8
Intermediação Financeira	-0,9	0,7	0,1	0,4	0,4	0,5
Administração Pública	-0,4	-0,4	0,5	0,9	0,4	0,1
Outros Serviços	-0,5	-1,2	-2,0	-3,5	-2,2	-1,9
<b>VA a preços básicos</b>	<b>-1,0</b>	<b>-1,7</b>	<b>-2,5</b>	<b>-3,8</b>	<b>-2,7</b>	<b>-2,2</b>
<b>PIB pm</b>	<b>-1,1</b>	<b>-2,0</b>	<b>-3,0</b>	<b>-4,5</b>	<b>-3,2</b>	<b>-2,5</b>

Fonte: IPECE e IBGE.

(\*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(\*\*) Em comparação a igual período do ano anterior;

(\*\*\*) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Em relação aos Valores Adicionados dos setores, a Agropecuária apresentou uma queda de 2,0% no terceiro trimestre de 2015 em relação a igual período de 2014, desempenho este bem inferior ao ritmo apresentado nos trimestres anteriores de 2015, onde se verificaram taxas de crescimento positivas. Este resultado do terceiro trimestre de 2015 pode ser explicado pelo desempenho negativo de alguns produtos que possuem safra relevante no terceiro trimestre. A pecuária, a silvicultura e a extração vegetal também tiveram um fraco desempenho no terceiro trimestre.

O setor da Indústria apresentou no terceiro trimestre de 2015, em relação ao mesmo período de 2014, um decréscimo de 6,7%, registrando novamente um desempenho negativo verificado no terceiro trimestre de 2014, com relação ao mesmo período de 2013, quando foi verificada uma taxa de crescimento negativa de 2,9%.

Em relação às atividades que compõem a Indústria, para o mesmo período de análise, a Indústria de Transformação recuou 11,3%, influenciada pelo decréscimo da produção de máquinas e equipamentos; da indústria automotiva; produtos eletroeletrônicos e equipamentos de informática; produtos de borracha e de material plástico; produtos de metal; têxteis e produtos farmoquímicos e farmacêuticos. A Construção civil também recuou (-6,3%). Já a Extrativa Mineral cresceu 4,2% em relação ao terceiro trimestre de 2014, puxada tanto pelo aumento da extração de petróleo e gás natural como pela extração de minérios ferrosos. Já a atividade Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana teve expansão de 1,5%.

O valor adicionado de Serviços apresentou uma queda de 2,9% no terceiro trimestre de 2015 em comparação com o mesmo período de 2014, apresentando um desempenho inferior se comparado ao terceiro trimestre de 2014, com relação ao mesmo período de 2013, quando se registrou uma taxa de crescimento negativa de 0,3%. Esse fraco desempenho foi motivado, em grande parte, pela atividade do Comércio (-9,9%) e Transporte, armazenagem e correio (-7,7%). Também recuaram as atividades de Outros Serviços (-3,5%) e os Serviços de informação (-1,5%). Os resultados foram positivos em Administração, saúde e educação pública (0,9%) e em Intermediação financeira e seguros (0,4%).

A Tabela 2.2 apresenta os resultados da taxa de crescimento do PIB trimestral com ajuste sazonal a partir dos três grandes setores – agropecuária, indústria e serviços – além da identidade macroeconômica que considera a ótica da demanda por meio da absorção (consumo das famílias, investimento e gastos do governo) e exportações líquidas.

**Tabela 2.2:** Taxa de crescimento do PIB Trimestral – Brasil (%)

Com Ajuste Sazonal						
Descrição		3º Trim. (2014)	4º Trim. (2014)	1º Trim. (2015)	2º Trim. (2015)	3º Trim. (2015)
PIB a preços de mercado		-0,1	0,1	-0,8	-2,1	-1,7
Ótica da oferta	Agropecuária	1,1	1,3	3,4	-3,5	-2,4
	Indústria	-0,2	-0,4	-1,3	-3,7	-1,3
	Serviços	0,2	0,0	-0,9	-1,0	-1,0
Ótica da Demanda	Consumo das famílias	0,0	1,4	-2,0	-2,4	-1,5
	Consumo do governo	0,5	-0,8	-0,7	0,7	0,3
	Formação bruta de capital fixo (FBKF)	-2,2	-1,5	-3,5	-6,6	-4,0
	Exportações	3,9	-13,8	16,1	3,1	-1,8
	Importações (-)	3,5	-6,3	-0,5	-8,0	-6,9

Fonte: IBGE, Contas Nacionais. Elaboração: IPECE.

Neste terceiro trimestre de 2015 o produto interno bruto a preços de mercado no Brasil registrou novamente queda de 1,7% em relação ao trimestre anterior. Como pode ser observado na Tabela 2.2 é a terceira queda consecutiva, o que revela o quadro crítico em que se encontra a atividade econômica nacional.

Sob a ótica da produção, os três grandes setores tiveram queda, tendo a agropecuária apresentado duas quedas consecutivas, não obstante a depreciação do câmbio em mais de 30% ao longo do ano, o que mostra também queda dos preços relativos das *commodities* nacionais.

A indústria sem dúvida é o setor mais preocupante, dadas as seguidas quedas que tem apresentado. Além dos problemas estruturais que acompanham a economia brasileira como baixa produtividade e elevados custos de produção, decorrentes da estrutura tributária complexa, além de legislação trabalhista degradante, o cenário político também tem influência negativa, de modo que não há perspectiva de retomada da produção no longo prazo.

Já o setor de serviços, que apresenta participação de mais de 70% no total da produção, simboliza o atual estado de depressão da atividade econômica levando em conta suas três quedas consecutivas. É o setor que comporta os subsectores do comércio, transporte, intermediação financeira e outros serviços, todos eles ligados ao poder de compra da população, que vem sofrendo com uma inflação de quase dois dígitos no acumulado do ano, baixa geração de empregos e uma onda de demissões.

Dentre os componentes da demanda, apesar da leve alta do consumo do governo em 0,7%, a absorção foi a principal responsável pela queda da demanda, considerando o recuo de -1,5% no consumo e -4,0% na formação bruta de capital fixo.

A falta de perspectiva de um ajuste fiscal crível tem derrubado o nível de confiança dos agentes econômicos levando a quedas sucessivas dos níveis de investimento. Além disso, o cenário político e sucessivos escândalos de corrupção não abrem um horizonte favorável aos investimentos o que torna ainda o quadro futuro incerto.

A taxa de desemprego de quase 9% com perspectiva de tendência de alta além da permanência dos juros altos desde outubro de 2014 e cenário de inflação tem levado a um ajuste via consumo com três quedas consecutivas.

No setor externo existe uma tendência de ajuste cíclico na medida em que as exportações e importações tiveram queda de -1,8% e -6,9% no terceiro trimestre. No caso das exportações, no primeiro e segundo trimestres houve crescimento de 16,1% e 3,1%, respectivamente. As importações, por sua vez, seguem em queda em quatro trimestres seguidos desde o último trimestre de 2014.

Todavia, o resultado líquido positivo das exportações líquidas não tem sido suficiente para compensar a vertiginosa queda da absorção, principalmente via consumo familiar e formação bruta de capital, levando conseqüentemente à queda do PIB nacional.

### ***Inflação e Taxa de Juros***

O ano de 2015 teve início com diversas dificuldades econômicas da mesma forma que o terceiro trimestre de 2015 não trouxe nenhum alento em termos de melhora dos indicadores. O IPCA<sup>1</sup> relativo a setembro de 2015, na região metropolitana de Fortaleza (RMF), registrou uma variação de 0,57% no mês, próximo ao registrado no Brasil, e apresentando resistência em seguir uma trajetória de queda. A capital cearense no mês de setembro encontra-se na quinta colocação das cidades que apresentaram maior variação no IPCA, destacando-se Brasília e Vitória como as duas únicas cidades que tiveram uma variação dos preços superior

---

<sup>1</sup> O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é o órgão responsável pelo cálculo do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para onze regiões metropolitanas e duas cidades com mais de 30% da população brasileira: Fortaleza, Belém, Recife, Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Curitiba, Campo Grande, Vitória, Brasília e Goiânia. A diferença entre os índices se dá pela faixa de renda do consumidor e conseqüentemente no peso de cada grupo. O IPCA abrange as famílias com rendimentos monetários de 1 a 40 salários mínimos, enquanto que o INPC se refere às famílias com rendimento de 1 a 5 salários mínimos. Vale ressaltar que o IPCA é o índice oficial que mede a inflação do país.

a 1% em setembro. Já Belém foi a capital que teve a menor variação positiva (0,13%), destacando-se Campo Grande que apresentou no final de setembro deflação.

Em relação ao acumulado do ano de 2015, a RMF registrou, até setembro, uma variação acumulada no IPCA de 7,67%, variação extremamente alta para um período de apenas nove meses, apesar de outras regiões terem registrado um acumulado maior como, por exemplo, Curitiba que teve uma variação de 9,42%, acima do país. No acumulado do ano Belém foi a região que se destacou como a que apresentou menor variação acumulada.

Já o INPC registrou na RMF no mês de setembro variação de 0,61%, superior ao registrado pelo IPCA para o mesmo período e impactando mais fortemente nas famílias de menor poder aquisitivo. Em termos comparativos, Fortaleza ficou em 6º lugar entre as regiões pesquisadas com maior variação no INPC, uma posição a mais na comparação com o IPCA (quinta colocação). Já com relação à cidade de Campo Grande houve também deflação, como o IPCA. Brasília também registrou no mês de setembro maior variação do INPC das regiões pesquisadas (1,41%) e, portanto, mais que o dobro da variação registrada na RMF para o mês de setembro.

Em termos da variação acumulada até setembro de 2015 o INPC teve na região metropolitana de Curitiba a maior variação (10,7%) dentre as regiões pesquisadas, sendo a primeira cidade a alcançar os dois dígitos em apenas nove meses. Já a RMF registrou 7,58% de variação do IPCA nos primeiros nove meses de 2015, resultando em uma variação acumulada abaixo da registrada no Brasil. (Tabela 2.3).

**Tabela 2.3:** IPCA e INPC do Mês de Junho e Acumulado até Setembro de 2015

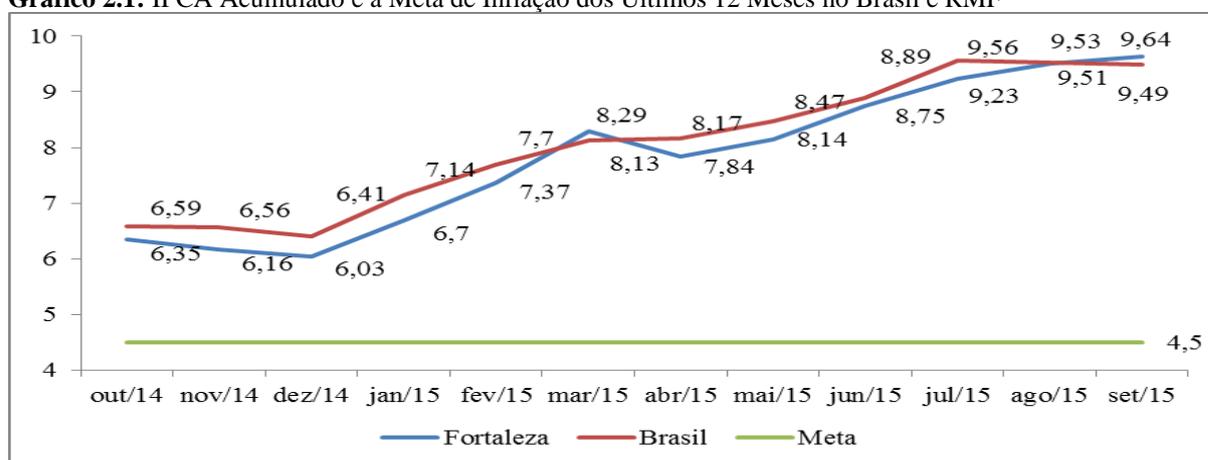
Região	Variação (%)			
	IPCA		INPC	
	Setembro (%)	Acumulado no ano (%)	Setembro (%)	Acumulado no ano (%)
Belém	0,13	5,95	0,08	5,9
Recife	0,17	7,29	0,29	7,56
Salvador	0,27	6,92	0,29	7,05
São Paulo	0,71	8,14	0,69	9,26
Rio de Janeiro	0,49	7,2	0,34	8,5
Goiânia	0,67	7,38	0,73	8,23
Belo Horizonte	0,41	7,03	0,39	7,61
Porto Alegre	0,56	8,4	0,67	8,99
Curitiba	0,54	9,42	0,55	10,7
<b>Fortaleza</b>	<b>0,57</b>	<b>7,67</b>	<b>0,61</b>	<b>7,58</b>
Brasília	1,25	6,33	1,41	7,75
Campo Grande	-0,28	6,32	-0,18	6,45
Vitória	1,13	6,7	1,28	7,08
<b>Brasil</b>	<b>0,54</b>	<b>7,64</b>	<b>0,51</b>	<b>8,24</b>

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A evolução do IPCA acumulado dos últimos doze meses é também apresentada no Gráfico 2.1, a seguir, revelando que o IPCA da RMF e Brasil vem se afastando cada vez mais da meta estipulada pelo Banco Central (4,5%) desde janeiro de 2015. Observa-se que a trajetória da inflação da RMF segue sempre abaixo do IPCA registrado no Brasil, à exceção de dois momentos no período de um ano, ou seja, em março de 2015, quando ficou em 8,29%, percentual superior ao do Brasil (8,13%) e o outro momento em setembro de 2015.

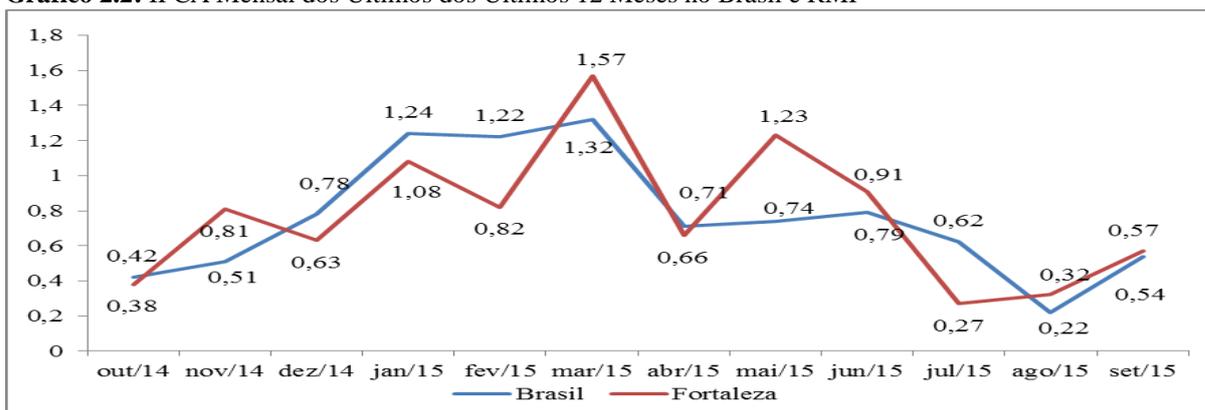
O que gera apreensão quando se olha a trajetória do IPCA no período de um ano ou mesmo no acumulado de 2015 é a proximidade de se chegar aos dois dígitos e se presenciar o retorno da indexação de toda a economia.

**Gráfico 2.1:** IPCA Acumulado e a Meta de Inflação dos Últimos 12 Meses no Brasil e RMF



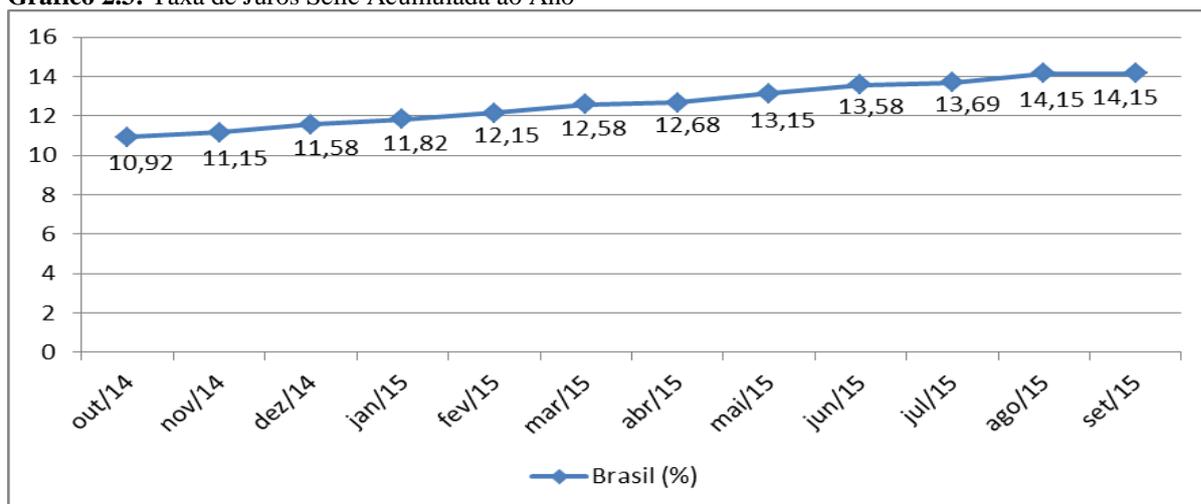
Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

A inflação da RMF apresenta grandes variações em relação ao Brasil, posicionando-se acima em alguns períodos e em outros abaixo do IPCA nacional durante o período de doze meses. O período onde a inflação da RMF teve a menor variação depois de outubro de 2014 foi no terceiro trimestre de 2015, destacando-se o mês de julho com a menor variação mensal de todo o ano (0,27%).

**Gráfico 2.2:** IPCA Mensal dos Últimos dos Últimos 12 Meses no Brasil e RMF

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE.

Finalmente, o Gráfico 2.3 abaixo se refere à taxa Selic acumulada ao ano praticada no Brasil entre outubro de 2014 e setembro de 2015. Nesse período, a taxa de juros praticamente não parou de crescer, com exceção dos meses de agosto e setembro de 2015 onde as taxas permaneceram inalteradas. Em outubro de 2014, segundo dados fornecidos pelo Banco Central do Brasil, a taxa de juros Selic praticada era de 10,92%, passando para 14,15% em setembro de 2015, um crescimento de aproximadamente 30% em um ano. Esta tendência de alta vem se confirmando ao longo dos meses como forma do Banco Central tentar conter a alta da inflação através da restrição do crédito e consumo. Não obstante as constantes altas das taxas determinadas pelo COPOM a inflação continua a não ceder e permanece seguindo uma trajetória de alta ao longo de 2015.

**Gráfico 2.3:** Taxa de Juros Selic Acumulada ao Ano

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: IPECE.

### 3 ECONOMIA CEARENSE E PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

#### 3.1 Produto Interno Bruto

No terceiro trimestre de 2015 com relação ao mesmo período de 2014, a economia cearense registrou desempenho negativo de 5,54%, apresentando um percentual muito inferior ao registrado no terceiro trimestre de 2014, com relação ao mesmo período de 2013 (crescimento de 5,61%), conforme pode ser visto na Tabela 3. No acumulado do ano, observou-se uma queda de 3,27%, enquanto a taxa anualizada, considerando os quatro últimos trimestres, registrou uma variação negativa de 1,78%.

**Tabela 3** - Taxas de crescimento (%) do PIB e Valor Adicionado por atividades - Ceará - 3º Trim. 2014 a 3º Trim. 2015 (\*)

Setores e Atividades	3º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado no ano (**)	Acumulado nos 4 últimos Trim (***)
	2014 (**)	2015 (**)	2015 (**)	2015 (**)		Trim (***)
<b>Agropecuária</b>	<b>51,22</b>	<b>20,31</b>	<b>-23,51</b>	<b>-27,75</b>	<b>-10,32</b>	<b>1,57</b>
<b>Indústria</b>	<b>-0,73</b>	<b>-2,52</b>	<b>-3,72</b>	<b>-5,99</b>	<b>-4,08</b>	<b>-3,53</b>
Extrativa Mineral	-2,16	-4,04	-3,95	-4,98	-4,32	-1,64
Transformação	-2,16	-5,86	-9,12	-11,94	-8,97	-8,03
Construção Civil	-2,90	0,15	0,44	0,18	0,26	0,34
Eletricidade, Gás e Água (SIUP)	4,92	1,25	2,21	-1,16	0,77	1,15
<b>Serviços</b>	<b>4,51</b>	<b>0,73</b>	<b>-3,52</b>	<b>-4,29</b>	<b>-2,36</b>	<b>-1,07</b>
Comércio	4,11	-3,82	-4,06	-3,18	-3,69	-2,13
Alojamento e Alimentação	5,80	3,03	0,77	0,66	1,49	3,03
Transportes	11,60	0,93	-3,57	-6,82	-3,15	0,76
Intermediação Financeira	7,33	0,93	-8,88	-8,28	-5,41	-3,29
Administração Pública	1,87	3,29	-0,28	-2,97	0,01	0,33
Outros Serviços	5,42	-1,30	0,14	3,21	0,68	1,15
<b>VA a preços básicos</b>	<b>5,65</b>	<b>1,10</b>	<b>-5,53</b>	<b>-5,68</b>	<b>-3,37</b>	<b>-1,86</b>
<b>PIB pm</b>	<b>5,61</b>	<b>1,05</b>	<b>-5,32</b>	<b>-5,54</b>	<b>-3,27</b>	<b>-1,78</b>

Fonte: IPECE e IBGE.

(\*) São dados preliminares e podem sofrer alterações, quando forem divulgados os dados definitivos;

(\*\*) Em comparação a igual período do ano anterior;

(\*\*\*) Em comparação aos quatro trimestres imediatamente anteriores.

Analisando os setores que compõem o cálculo do PIB do Ceará, a Agropecuária apresentou no terceiro trimestre de 2015, em comparação com o mesmo período de 2014, uma queda de 27,75%, decorrente de mais um ano de seca. Para o mesmo período de análise, a Indústria decresceu 5,99%, resultado da forte queda da indústria de transformação (-11,94%). Já o setor de serviços caiu 4,29%, decorrente dos fracos desempenhos das atividades de Comércio, no

qual registrou, para o mesmo período, uma queda de 3,18%, Transportes (-6,82%), Intermediação Financeira (-8,28%) e Administração Pública (-2,97%).

## 4 ANÁLISE DA DINÂMICA SETORIAL

### 4.1 Agropecuária

O setor agropecuário do Ceará em 2015 vem mostrando resultados negativos diante do cenário climático que a região vem apresentando nos últimos anos, com chuvas abaixo da média normal, agravamento da redução do baixo volume de água armazenada, baixa umidade e degradação do solo. Dessa forma o setor agropecuário vem sinalizando para mais um ano de queda no seu valor adicionado.

As estimativas para as principais lavouras cearenses segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola LSPA/IBGE<sup>2</sup> indicam uma elevada redução na produção milho, feijão, arroz e mandioca, sendo essas as culturas de maior importância econômica do setor agropecuário do Ceará. A causa para essa severa redução recai no pouco volume de chuvas ocorridas no estado, além da irregularidade espacial e temporal registrada pela mesma.

Conforme pode ser visto na Tabela 4.1 a estimativa para a produção de arroz de 2015 no estado do Ceará, prevê uma queda de 31,77%. A expectativa para a produção de feijão e milho indica redução de 34,67% e 61,56%, respectivamente. A produção de mandioca também apresenta diminuição (-12,48%). No caso do algodão, foi erradicada a produção irrigada no município de Limoeiro do Norte, único município que possuía produção de algodão irrigado.

**Tabela 4.1:** Produção obtida e estimativa de grãos e outras lavouras no Ceará – 2014-2015

Produção de grãos e outras lavouras	Produção 2014 *	Estimativa 2015	Varição (%) 15/14
Arroz (ton.)	39.798	27.155	-31,77
Feijão (ton.)	112.808	73.701	-34,67
Milho (ton.)	360.210	138.447	-61,56
Sorgo (ton.)	1.685	900	-46,59
Fava (ton.)	3.116	1.904	-38,90
Mandioca (mil frutos)	478.663	418.914	-12,48
Mamona (ton.)	1.509	1.095	-27,44
Algodão (ton.)	1.615	72	-95,54

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. Nota: (\*) O valor de 2014 refere-se aos valores da produção obtida e o valor de 2015 corresponde a estimativa.

<sup>2</sup> As estimativas realizadas pelo LSPA/IBGE começa o ano com base nas safras passadas e nas condições de plantio. Esta sistemática possibilita a cada mês da fase de tratamentos culturais a correção das estimativas para as variáveis investigadas.

A colheita do feijão já foi realizada, enquanto arroz e milho já possuem uma grande quantidade colhida, o que torna os dados da LSPA mais precisos. Ainda assim, entende-se que esses valores de produção são alterados, conforme novas informações levantadas pela LSPA.

Quanto a produção de frutas, esta também indica grandes reduções para o ano de 2015. O principal motivo consiste no baixo volume dos reservatórios hídricos do estado, afetando assim a liberação de água para os perímetros irrigados, onde, em muitos deles, foram reduzidas a vazão e o tempo de água liberadas.

Pode-se destacar a estimativa para a produção de melão no Ceará que aponta para uma redução de 68,9%. Essa drástica queda está associada à diminuição de áreas de plantio dos maiores produtores havendo ampliação dessas áreas em outros estados que não apresentaram, ainda, problema de oferta hídrica para a produção agrícola, como Piauí, Bahia e Pernambuco. A produção de melancia e banana também segue queda na produtividade, registrando redução de 45,69% e 16,58%, respectivamente. Vale ressaltar que essas três culturas citadas são as frutas frescas mais exportadas pelo Ceará.

Com relação às demais frutas destaca-se a expectativa do aumento da produção de laranja (10,92%), mamão (21,37%), manga (8,97%) e coco-da-baía (17,34%) devido à maior área plantada. Essas culturas são mais resistentes à seca, mas apresentam menor produtividade. Também se prevê um aumento da produção de castanha de caju, porém essa estimativa ainda se baseia em uma produção normal sem agravantes que prejudiquem a safra, podendo haver assim uma redução dessa estimativa.

**Tabela 4.2:** Produção obtida e estimativa de frutas no Ceará - 2014-2015<sup>(\*)</sup>

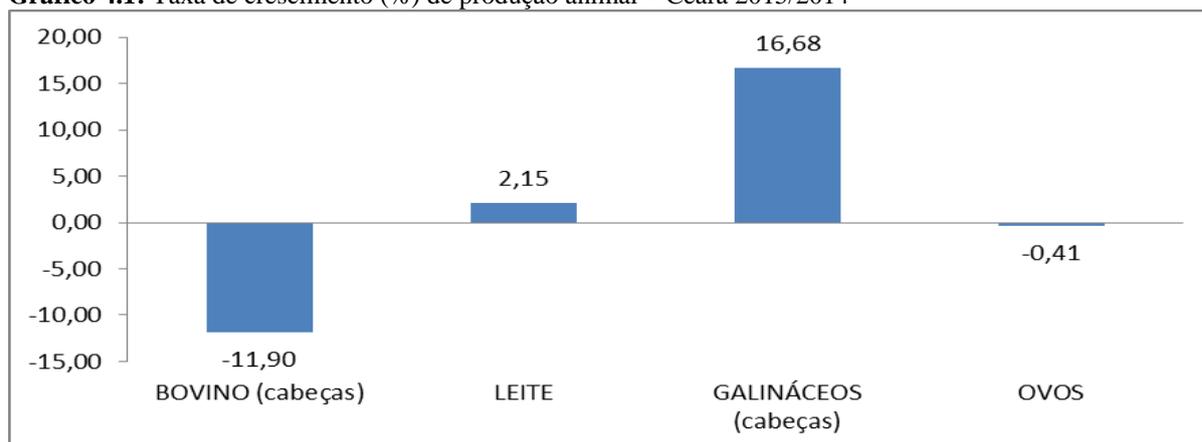
Produção de frutas	Produção 2014 *	Estimativa 2015	Varição (%) 15/14
Acerola (t)	14.849	15.117	1,80
Banana (t)	452.201	377.245	-16,58
Goiaba (t)	18.936	17.826	-5,86
Laranja (t)	12.684	14.069	10,92
Mamão (t)	98.945	120.087	21,37
Manga (t)	49.466	53.902	8,97
Maracujá (t)	144.024	134.589	-6,55
Melancia (t)	82.424	44.764	-45,69
Melão (t)	393.391	122.247	-68,92
Abacaxi **	10.403	3.049	-70,69
Castanha de caju (t)	52.318	101.220	93,47
Coco-da-baía **	246.081	288.741	17,34

Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE. Notas: (\*) O valor de 2014 refere-se à produção obtida e o valor de 2015 corresponde à estimativa. (\*\*) Produção em mil frutos.

Pelo lado da pecuária a atividade de galináceos continua registrando crescimento, com variação de 16,68% em 2015, comparado com o ano de 2014. O aumento do consumo de carne de aves e ovos da região Nordeste, observada nos últimos anos, vem estimulando o crescimento desse segmento na própria região, com destaque para o Ceará que vem aproveitando esse momento para garantir uma participação significativa desse mercado.

O Ceará também vem ganhando destaque na produção de leite, dado o crescimento ocorrido nos últimos anos. Esse aumento pode ser atribuído à criação de vacas em áreas irrigadas, sistema menos dependente das chuvas e que não utiliza um grande volume de água, além de outras técnicas, como o armazenamento da palma forrageira que é utilizada como ração. Mas vale ressaltar que o quadro climático vem afetando esse desempenho, deixando o resultado abaixo do esperado. Quanto a produção de bovino as estimativas indicaram uma queda de 11,9% para o ano de 2015, comparado ao ano de 2014. (Gráfico 4.1).

**Gráfico 4.1:** Taxa de crescimento (%) de produção animal – Ceará 2015/2014



Fonte: IBGE. Elaboração: IPECE

Diante da crise hídrica do Ceará é importante comentar a situação dos reservatórios de água do estado. A situação mais vulnerável, segundo a Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos (COGERH) está no Baixo Jaguaribe com apenas 0,88% da capacidade de armazenamento. Em seguida está a Serra de Ibiapaba, com apenas 1,33% e a região do Curu, com 3,047% da capacidade total. Em melhor situação está a região do Litoral, com 29,16% da capacidade total de armazenamento de água.

O baixo índice de chuvas nos últimos anos afetou os reservatórios de água no Estado sinalizando para uma situação de alerta para a disponibilidade desse recurso natural. A fraca quadra chuvosa de 2015 agravou ainda mais essa situação, visto que a quantidade pluviométrica não foi suficiente para o aporte hídrico, tornando a recarga do aquífero bastante limitada.

**Tabela 4.3:** Capacidade e volume (%) de armazenamento das Bacias Hidrográficas do Ceará – 2015

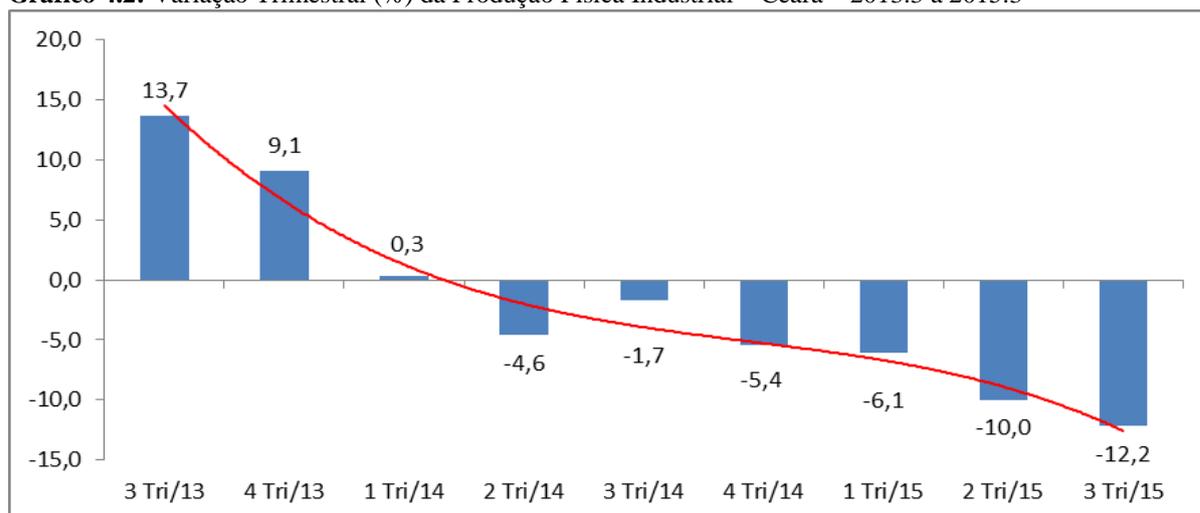
Regiões	Quantidade de açudes	Capacidade (Hm <sup>3</sup> )	Volume (em março 2015)	
			(Hm <sup>3</sup> )	(%)
Acaraú	14	1.753,29	170,59	9,73
Alto Jaguaribe	23	2.782,02	791,23	28,44
Baixo Jaguaribe	1	24,00	0,21	0,88
Banabuiú	19	2.768,66	95,04	3,43
Coreaú	9	308,66	75,35	24,41
Curu	13	1.028,21	31,24	3,04
Litoral	10	214,92	62,66	29,16
Médio Jaguaribe	15	7.396,14	847,69	11,46
Metropolitana	19	1.369,50	323,17	23,60
Sertões de Crateús	10	488,01	69,14	14,17
Salgado	15	141,00	24,54	17,40
Serra da Ibiapaba	1	447,08	5,96	1,33
<b>Ceará</b>	<b>149</b>	<b>18.721</b>	<b>2.497</b>	<b>13,34</b>

Fonte: COGERH. Elaboração: IPECE.

## 4.2 Indústria

### *Indústria de Transformação (Produção Física)*

A indústria de transformação cearense continuou a apresentar resultados negativos em seu desempenho ao longo de 2015, dando sequência a um cenário de reduções na produção iniciado ainda em 2014.

**Gráfico 4.2:** Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial – Ceará – 2013.3 a 2015.3

Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração: IPECE.

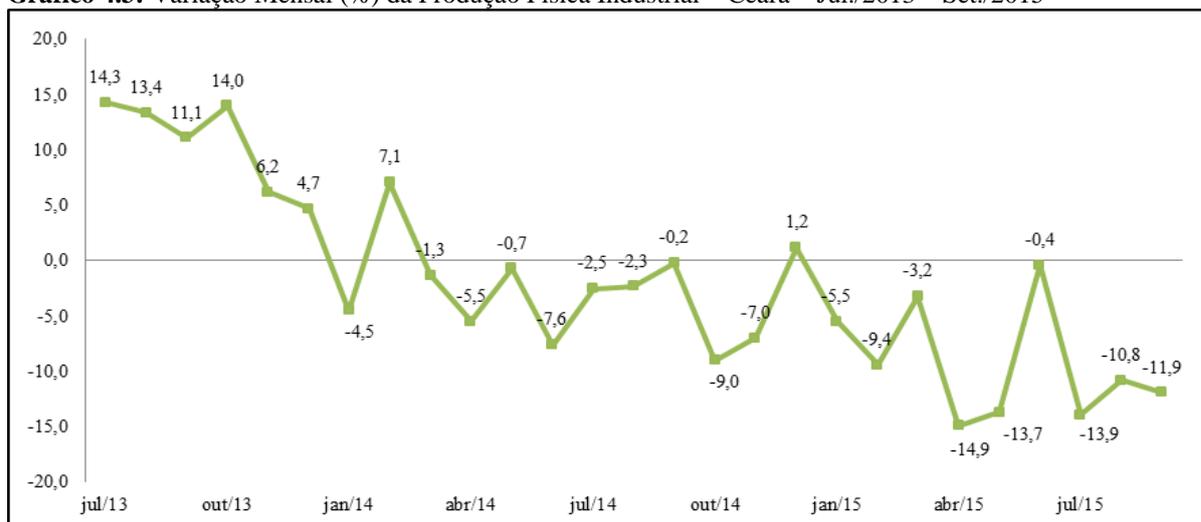
Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior. ( ) Linha de Tendência.

No terceiro trimestre de 2015, a atividade industrial amargou uma nova redução, de 12,2% na comparação com o mesmo período de 2014, segundo o indicador de produção física da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE (PIM-PF/IBGE)<sup>3</sup>.

O resultado para o terceiro trimestre do ano é o pior apresentado pela indústria desde o início da atual fase de retração. Como evidenciado no Gráfico 4.3, abaixo, este desempenho intensifica a queda em relação aos períodos anteriores e agrava o quadro da indústria no Ceará. O Gráfico 4.3, a seguir, mostra as taxas trimestrais.

Os meses de julho, agosto e setembro foram novamente de quedas contínuas na atividade industrial. Em tais meses o ritmo da retração foi intensificado com taxas mensais superiores a 10,0% na comparação mensal. O Gráfico 2 apresenta a evolução a cada mês e revela o movimento persistente de retração da atividade industrial no Ceará desde 2014.

**Gráfico 4.3:** Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará – Jul./2013 – Set./2015

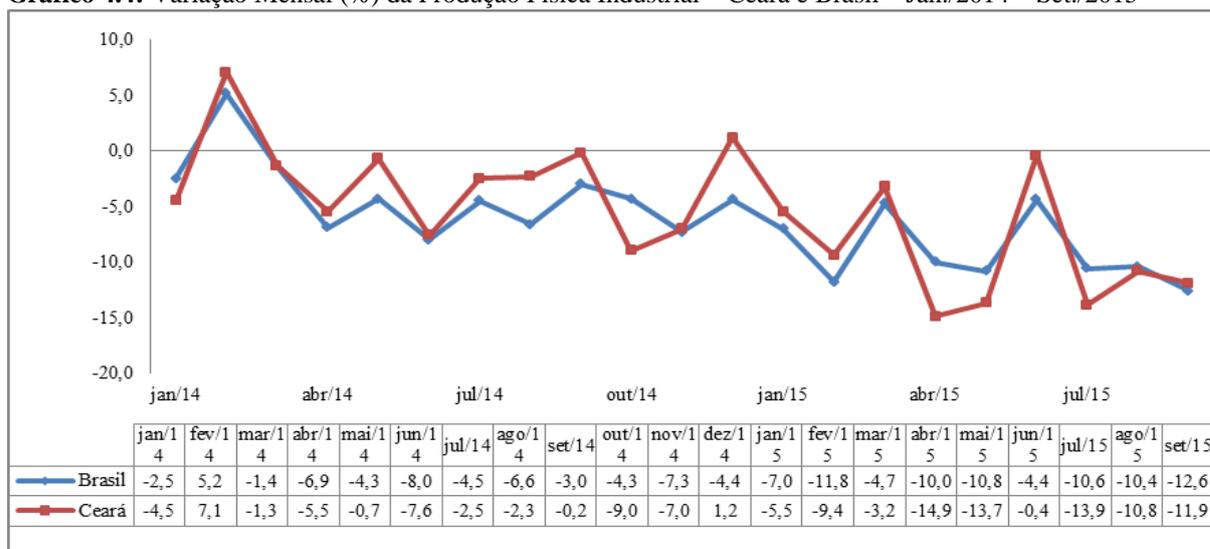


Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Na comparação com o movimento nacional, a indústria cearense mantém uma trajetória próxima à observada para manufatura brasileira. Repetindo o trimestre anterior, neste terceiro período, a indústria de transformação no Ceará experimentou reduções mais intensas que o setor no âmbito nacional. De qualquer forma, as trajetórias observadas desde o início de 2014 evidenciam a conjuntura recessiva para a atividade em um quadro comum ao país e ao estado do Ceará. O Gráfico 4.4, a seguir, apresenta as taxas mensais.

<sup>3</sup> É importante destacar que a Pesquisa Industrial Mensal – produção física (PIM-PF) passou por uma reformulação. Seu ano base passou de 2002 para 2012 e nesta mudança aconteceram algumas alterações importantes: a) adoção da CNAE 2.0, b) atualização da amostra de setores, produtos e informantes e c) atualização da estrutura de ponderação dos índices. Maiores informações em [http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2014\\_05\\_20\\_reformulacao\\_pim\\_pf.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/disseminacao/destaques/2014_05_20_reformulacao_pim_pf.shtm).

**Gráfico 4.4:** Variação Mensal (%) da Produção Física Industrial – Ceará e Brasil – Jan./2014 – Set./2015

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.

O ano de 2015 se aproxima de seu final com um quadro grave de redução na produção industrial nas comparações com o ano anterior, seja na análise mensal, seja considerando os trimestres. É importante destacar que o ano de 2014, base de comparação para o ano 2015, já foi de redução na atividade industrial em relação a 2013. O ano de 2015 se configura, então, como o segundo ano seguido de retração para manufatura no Ceará e no Brasil.

O quadro grave que se apresenta neste ano é explicitado no resultado acumulado dos nove primeiros meses. Na passagem do segundo para o terceiro trimestre, a queda na atividade industrial passou de -10,0% para -12,2% na comparação com iguais períodos de 2014. Em consequência, no acumulado do ano, a indústria de transformação cearense registrou uma diminuição de 9,5% na produção, superior à média nacional (-9,2%), e à registrada pela região Nordeste (-4,4%), sempre em comparações em relação a 2014.

O quadro cearense é, na verdade, comum aos demais estados. De fato, o ambiente de menor dinamismo e retração na indústria nacional é o resultado de quedas na produção na maior parte dos estados pesquisados pelo IBGE. Entre as quatorze unidades com levantamento, apenas duas delas acumularam resultados positivos no período. Entre as que apresentaram redução se encontram os principais parques industriais do país, e as maiores quedas ficaram por conta do Amazonas (-15,3%), Rio Grande do Sul (-11,1%), São Paulo (-10,2%) e Rio de Janeiro (-9,9%). Por outro lado, se diferenciaram com resultados positivos as indústrias de Mato Grosso (3,2%) e Espírito Santo (1,9%). A Tabela 4.4 traz os resultados para os estados pesquisados, para o país e região.

**Tabela 4.4:** Variação (%) da Produção Física Industrial - Brasil e Estados – jul.set./2014 e 2015 e Acumulado do Ano

Brasil e Estados	Variação Mensal (2014)			Acumulado Ano (2014)	Variação Mensal (2015)			Acumulado Ano (2015)
	Jul	Ago	Set		Jul	Ago	Set	
<b>Brasil</b>	<b>-4,5</b>	<b>-6,6</b>	<b>-3,0</b>	<b>-3,7</b>	<b>-10,6</b>	<b>-10,4</b>	<b>-12,6</b>	<b>-9,2</b>
<b>Nordeste</b>	<b>-2,9</b>	<b>-2,5</b>	<b>5,1</b>	<b>-0,1</b>	<b>-1,6</b>	<b>-0,9</b>	<b>-7,8</b>	<b>-4,4</b>
Mato Grosso	9,3	4,5	2,3	3,4	0,8	6,4	18,3	3,2
Espírito Santo	3,7	1,6	2,8	-2,8	2,3	-11,1	-9,8	1,9
Goiás	4,8	8,9	9,5	3,8	2,2	-2,5	-3,9	-0,6
Pará	1,6	-1,7	1,5	0,4	-5,5	-4,5	-6,5	-2,1
Pernambuco	-4,4	-1,2	7,5	2,7	-2,4	-6,8	-7,2	-3,3
Bahia	-6,7	-6,2	1,6	-4,5	1,8	3,5	-9,3	-6,2
Santa Catarina	-2,0	-6,1	2,3	-1,7	-9,9	-7,6	-11,6	-7,4
Paraná	-6,4	-10,3	-7,6	-5,7	-11,6	-12,0	-7,8	-7,8
<b>Ceará</b>	<b>-2,5</b>	<b>-2,3</b>	<b>-0,2</b>	<b>-2,0</b>	<b>-13,9</b>	<b>-10,8</b>	<b>-11,9</b>	<b>-9,5</b>
Minas Gerais	-5,1	-6,7	-0,6	-3,3	-10,7	-6,5	-14,3	-9,8
Rio de Janeiro	-2,4	-3,0	-11,2	-4,0	-12,3	-6,9	-13,8	-9,9
São Paulo	-6,0	-8,4	-6,8	-5,6	-12,5	-12,8	-12,8	-10,2
Rio Grande do Sul	-10,8	-6,8	1,6	-4,5	-5,0	-12,6	-19,7	-11,1
Amazonas	-3,9	-12,1	-6,8	-1,4	-19,2	-14,6	-13,8	-15,3

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pelo acumulado do ano de 2015.

### **Resultados Setoriais**

Entre os meses de julho a setembro de 2015, a queda da produção física foi generalizada entre os segmentos que compõem a indústria de transformação, preservando o quadro do trimestre anterior. Entre as onze atividades pesquisadas, nove delas sofreram redução em sua produção na comparação com o terceiro trimestre de 2014.

Os resultados setoriais mantêm-se persistentemente negativos e reforçam um ambiente de forte retração da indústria de transformação no Ceará. Os resultados negativos em 2015, diante de uma base reduzida que é o ano de 2014, reforçam a existência de problemas estruturais de competitividade e incluem agravantes conjunturais a um cenário já deteriorado. A influência de tais problemas sobre o desempenho da atividade industrial tem sido destaque nas últimas edições do documento.

De fato, uma série de problemas conjunturais tem afetado fortemente e de maneira negativa a já fragilizada capacidade de competição da indústria nacional, em particular a cearense. O ambiente desfavorável à construção de expectativas positivas, a redução do consumo das famílias diante de uma inflação crescente e o encarecimento do crédito se configuram como entraves recentes à retomada da atividade industrial e explicam as novas reduções na produção.

Os efeitos se mostraram mais intensos neste terceiro período, não por acaso. Aos problemas acima se soma um grave quadro de imprevisibilidade quanto aos rumos futuros da economia, inclusive no curto prazo, em virtude da deterioração do ambiente político nacional. Tal quadro tem apresentado repercussões diretas na economia a partir da incapacidade do governo em promover medidas importantes para correção dos desequilíbrios macroeconômicos atualmente presentes, em especial no âmbito fiscal.

No ano de 2015, segmentos importantes da indústria local registraram resultados negativos no terceiro trimestre. São os casos dos setores Couro e calçados, Têxtil e Alimentos que registraram reduções de 11,3%, 34,7% e 7,5%, respectivamente, nos meses de julho a setembro de 2015, na comparação com mesmo período do ano anterior.

**Tabela 4.5:** Variação Trimestral (%) da Produção Física Industrial por Setores – Ceará – 2014 e 2015

Setores	Variação Trimestral (2014)				Variação Trimestral (2015)		
	2014.I	2014.II	2014.III	2014.IV	2015.I	2015.II	2015.III
<b>Indústrias de transformação</b>	<b>0,3</b>	<b>-4,6</b>	<b>-1,7</b>	<b>-5,4</b>	<b>-6,1</b>	<b>-10,0</b>	<b>-12,2</b>
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	-9,9	-6,7	2,3	-0,4	0,1	-11,3	-13,1
Fabricação de produtos têxteis	-21,5	-23,5	-22,8	-35,8	-25,5	-34,7	-37,1
Fabricação de produtos alimentícios	9,0	7,9	9,4	1,8	-1,7	-7,5	-13,8
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	21,3	-9,1	-3,0	-4,6	-14,1	6,2	-7,1
Fabricação de outros produtos químicos	-8,3	-17,0	-0,9	-15,7	-16,1	6,5	-23,9
Fabricação de bebidas	7,2	-0,1	-11,3	-9,9	-7,9	-16,1	-6,1
<b>Metalurgia</b>	<b>-10,7</b>	<b>-3,9</b>	<b>-3,1</b>	<b>3,6</b>	<b>-8,0</b>	<b>-13,6</b>	<b>-13,9</b>
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0,8	-17,9	-4,4	-21,1	-10,2	-17,5	-9,2
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	16,5	19,8	9,6	2,1	-3,3	-18,1	-10,1
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	-4,4	-15,0	-8,1	-3,1	-1,0	4,2	0,0
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	9,1	-7,6	-17,3	-11,4	-4,7	-4,2	6,0

Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pela maior contribuição ao resultado do trimestre 2015.III.

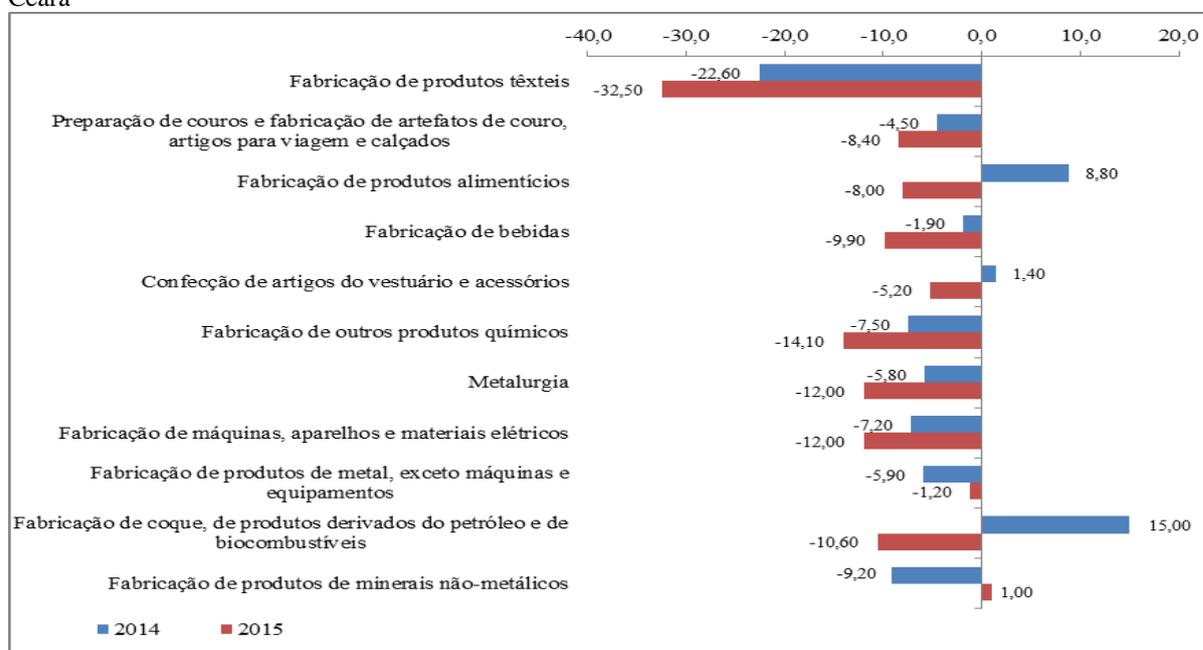
Como observado nos últimos trimestres, o setor Têxtil tem se posicionado entre as maiores quedas da indústria e torna clara a perda de competitividade da produção local diante da concorrência nacional e com produtos externos, mesmo diante das mudanças favoráveis do câmbio que dificultam a entrada de importados. Quanto à produção de alimentos, a redução pode estar associada ao menor poder de compra a partir da restrição orçamentária das

famílias. Com relação à produção de calçados, a atividade se ressentiu da conjuntura interna menos favorável e ainda não foi beneficiada das alterações na taxa de câmbio, que deixaram os produtos locais com preços mais competitivos no mercado internacional.

Com resultados positivos no terceiro trimestre de 2015, apenas a atividade de Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas, teve crescimento de 6,0%. A Tabela 4.5 apresenta os números.

O desempenho de cada setor industrial da economia cearense pode ser mais bem visualizado através do Gráfico 4.5, a seguir, que compara a taxa de crescimento acumulada para os anos de 2014 e 2015.

**Gráfico 4.5:** Taxa de Crescimento Acumulada (%) da Produção Industrial por Setores Industriais- 2014 e 2015 – Ceará



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE. Nota: Variação em relação ao mesmo período do ano anterior. Ordenado pela maior contribuição ao resultado acumulado de 2015.

Em resumo, a avaliação para o terceiro quarto do ano de 2015 acentua as análises negativas comuns aos períodos anteriores. Os resultados indicam a plena continuidade do cenário adverso e de encolhimento para atividade industrial no Estado e no país.

Na segunda metade do ano, as instabilidades e incertezas econômicas e, em especial, políticas, tornaram ainda pior um ambiente já adverso para economia e para indústria. Para indústria cearense, em particular, esse quadro pode ser especialmente nocivo, dada sua estrutura produtiva caracterizada pela produção de bens não duráveis voltados ao consumo final.

Como destacado antes, entretanto, alguns aspectos positivos podem ser identificados, mas precisam ser materializados o mais rapidamente possível. A efetivação dos necessários ajustes

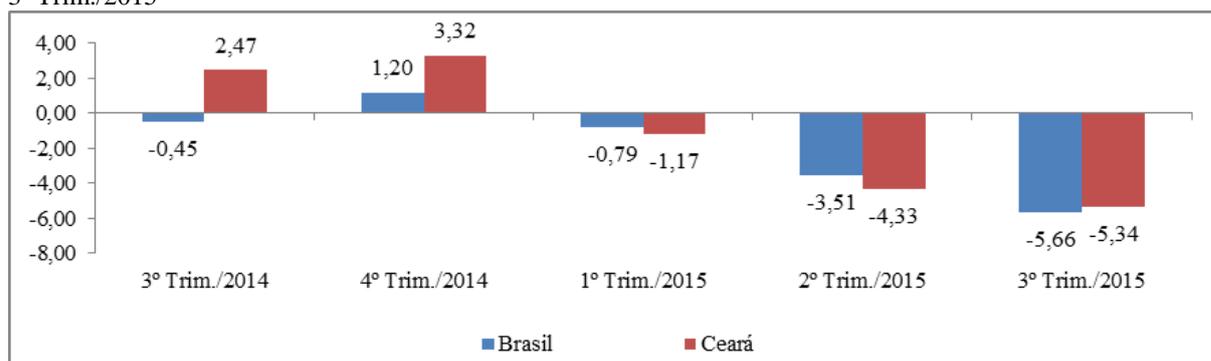
a nível federal é necessária para reverter o processo de deterioração das expectativas e potencializar o início de uma retomada da economia e da atividade. Para o Ceará, é preciso aguardar a maior influência da taxa de câmbio sobre as exportações, o que deve oferecer algum alívio para o segmento.

### 4.3 Serviços (Comércio Varejista)

#### *Varejo Comum*

Dados da pesquisa mensal do comércio (PMC) divulgados pelo IBGE registraram que as vendas do varejo comum cearense registraram queda no acumulado do terceiro trimestre de 2015 de 5,34%, levemente inferior ao que foi registrado pelo país de 5,66%. Nota-se que foram registradas quedas sucessivas trimestrais de intensidade cada vez maior ao longo de todo o ano de 2015. (Gráfico 4.6).

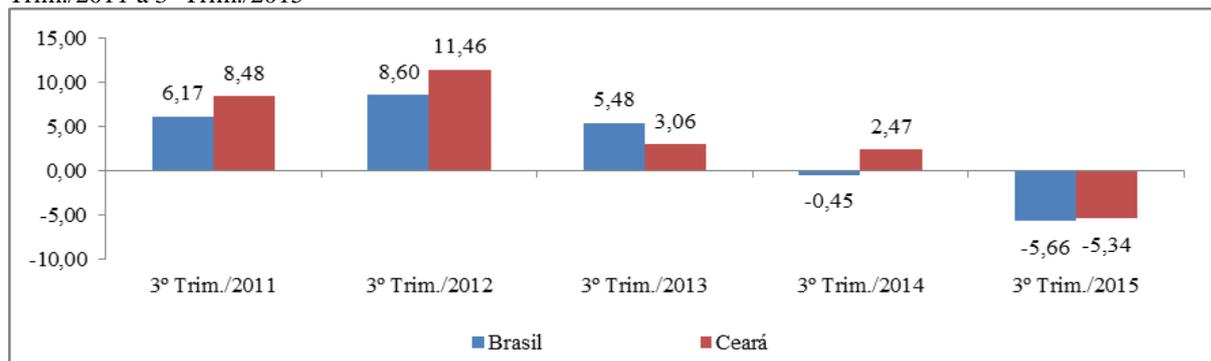
**Gráfico 4.6:** Taxa de crescimento trimestral do volume de vendas do varejo comum – Brasil – 3º Trim./2014 a 3º Trim./2015



Fonte: PMC (IBGE). Elaboração: IPECE.

Conforme o Gráfico 4.7 observa-se que apenas no ano de 2015 o varejo cearense passou a registrar queda, refletindo o momento de crise observado neste ano, reflexo do elevado endividamento e da perda do poder de compra das famílias causado pelo aumento da taxa de desemprego no mercado de trabalho.

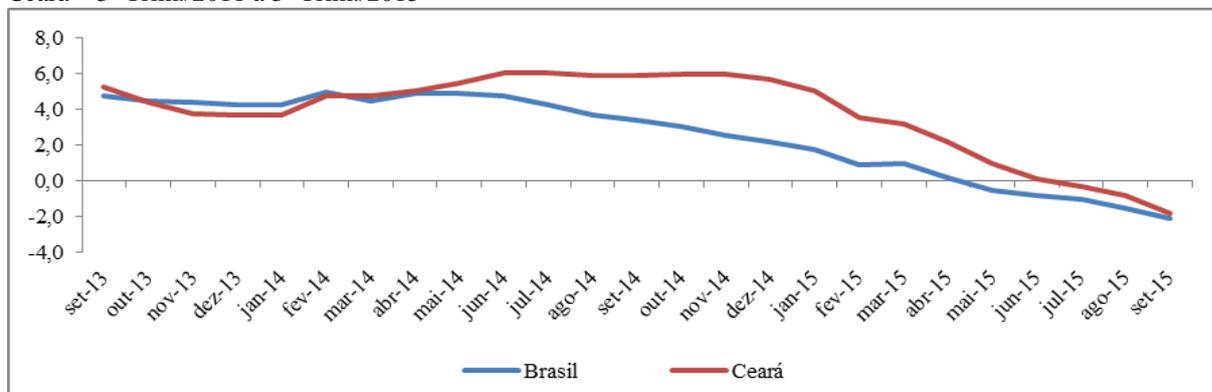
**Gráfico 4.7:** Taxa de crescimento trimestral do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – 3º Trim./2011 a 3º Trim./2015



Fonte: PMC (IBGE). Elaboração: IPECE.

Pela análise do Gráfico 4.8 é possível perceber a trajetória de desaceleração do ritmo de crescimento das vendas do varejo comum cearense de forma mais intensa a partir do ano de 2015, movimento esse observado também para o varejo comum nacional.

**Gráfico 4.8:** Taxa de crescimento no acumulado de 12 meses do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Ceará – 3º Trim./2011 a 3º Trim./2015

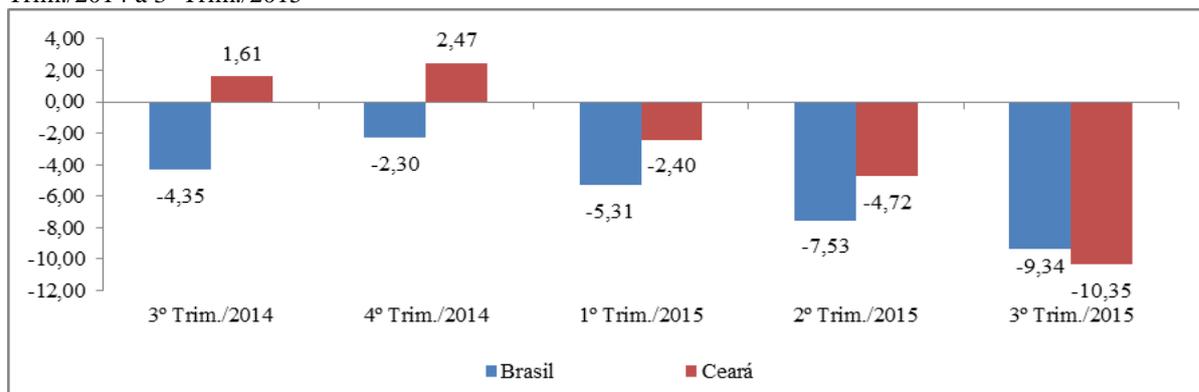


Fonte: PMC (IBGE). Elaboração: IPECE.

#### Varejo Ampliado

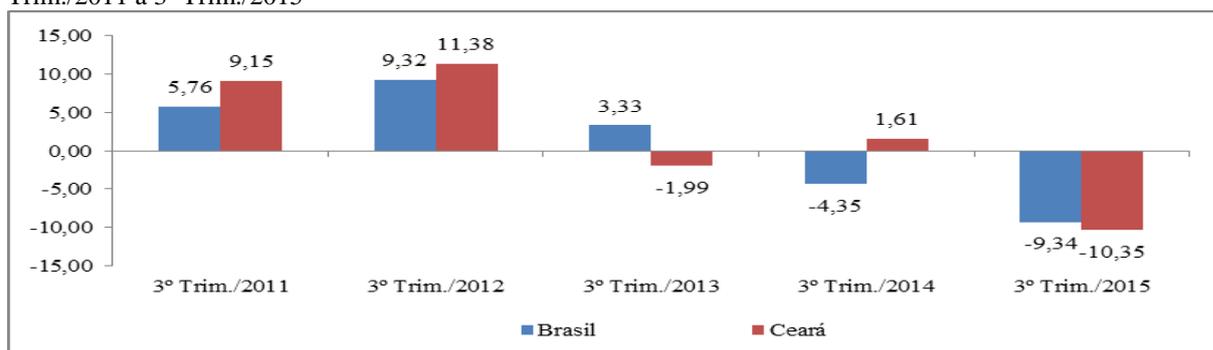
Resultados não promissores também foram observados no desempenho das vendas do varejo ampliado, que inclui também as vendas de veículos e de materiais de construção. No terceiro trimestre de 2015, o varejo ampliado cearense registrou uma baixa de 10,35%, superando dessa vez a marca registrada pelo país de 9,34%. Quedas trimestrais sucessivas foram também observadas no varejo ampliado ao longo do ano de 2015.

**Gráfico 4.9:** Taxa de crescimento trimestral do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – 3º Trim./2014 a 3º Trim./2015



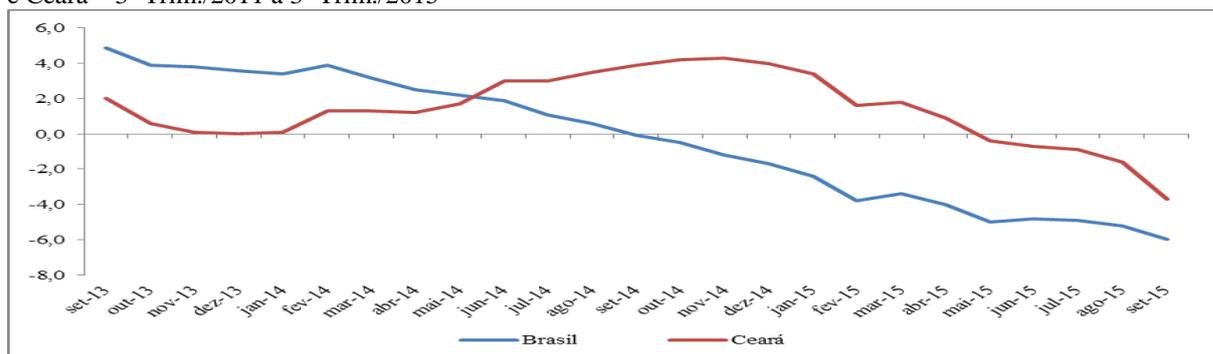
Fonte: PMC (IBGE). Elaboração: IPECE.

Na comparação com o mesmo trimestre dos últimos cinco anos, nota-se, também, que o varejo cearense registrou uma queda bem mais expressiva que aquela vista em igual período dois anos atrás, refletindo o momento de forte desaceleração dessa atividade. (Gráfico 4.9).

**Gráfico 4.9:** Taxa de crescimento trimestral do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – 3º Trim./2011 a 3º Trim./2015

Fonte: PMC (IBGE). Elaboração: IPECE.

Observando-se o Gráfico 4.10, abaixo, nota-se que o varejo ampliado também experimentou forte desaceleração no seu ritmo de crescimento ao longo dos últimos trimestres, tendência esta observada na grande maioria dos demais estados o que afetou sobremaneira o comportamento do varejo nacional.

**Gráfico 4.10:** Taxa de crescimento no acumulado de 12 meses do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Ceará – 3º Trim./2011 a 3º Trim./2015

Fonte: PMC (IBGE). Elaboração: IPECE.

### *Varejo no Contexto Nacional*

Pela análise da Tabela 4.6 é possível ter uma ideia do desempenho das vendas do varejo comum no acumulado do terceiro trimestre dos últimos cinco anos para todos os estados do país. No terceiro trimestre de 2015, apenas o estado de Roraima registrou variação positiva nas vendas do varejo. As maiores quedas foram registradas nas vendas de Amapá (-17,94%), Alagoas (-13,29%), Pernambuco (-10,50%), Goiás (-10,46%) e Bahia (-10,03%). Na comparação com igual período de 2014, apenas nove estados haviam registrado queda nas vendas dessa atividade. Nota-se que o varejo comum cearense apresentou a décima sétima maior queda (5,34%), enquanto em igual trimestre de 2014 havia registrado a oitava maior alta.

**Tabela 4.6:** Taxa de crescimento do volume de vendas do varejo comum – Brasil e Estados – 3º Trim./2013 ao 3º Trim./2015

Unidade da Federação	3º Trim./2011	3º Trim./2012	3º Trim./2013	3º Trim./2014	3º Trim./2015
Roraima	7,19	28,84	-1,97	10,85	4,77
Mato Grosso do Sul	3,45	19,38	9,81	2,47	-1,70
Minas Gerais	8,18	7,70	1,07	0,59	-1,92
Tocantins	20,58	11,72	5,25	1,96	-3,13
Santa Catarina	7,90	3,51	5,02	-5,28	-3,54
Paraná	7,40	7,26	8,26	-0,12	-4,38
São Paulo	5,40	10,38	5,82	-2,43	-4,85
Piauí	3,80	3,66	8,37	-1,35	-4,88
Pará	8,02	7,53	5,87	0,36	-5,05
Rio de Janeiro	6,23	4,59	6,36	2,54	-5,17
<b>Ceará</b>	<b>8,48</b>	<b>11,46</b>	<b>3,06</b>	<b>2,47</b>	<b>-5,34</b>
Rio Grande do Norte	7,53	8,14	10,88	0,22	-5,35
Sergipe	0,24	6,28	2,60	0,16	-6,00
Distrito Federal	3,41	5,97	3,79	-1,56	-6,75
Acre	8,13	14,57	-0,23	17,53	-7,12
Amazonas	2,80	3,77	5,32	-0,86	-7,70
Maranhão	7,59	9,58	10,06	3,37	-8,27
Rio Grande do Sul	4,88	7,78	4,73	1,53	-8,36
Mato Grosso	2,00	9,39	4,98	0,29	-8,41
Espírito Santo	9,33	9,88	1,60	-1,21	-9,05
Rondônia	12,97	6,41	7,19	9,26	-9,18
Paraíba	7,79	6,83	11,12	0,70	-9,99
Bahia	8,78	10,49	3,58	2,65	-10,03
Goiás	7,20	10,26	5,54	-3,19	-10,46
Pernambuco	6,84	9,65	9,33	-0,96	-10,50
Alagoas	3,61	8,07	10,47	1,10	-13,29
Amapá	0,20	22,80	1,70	7,70	-17,94
<b>Brasil</b>	<b>6,17</b>	<b>8,60</b>	<b>5,48</b>	<b>-0,45</b>	<b>-5,66</b>

Fonte: PMC (IBGE). Elaboração: IPECE.

Resultados ainda piores foram observados no varejo ampliado, quando novamente apenas o estado de Roraima apresentou alta nas vendas, mas num patamar bastante inferior e igual a 0,36%. Agora, as maiores quedas foram registradas pelos estados do Espírito Santo (-19,84%), Tocantins (-18,31%), Amapá (-18,06%), Maranhão (-16,16%) e Goiás (-16,0%), influenciadas pelas quedas nas vendas de veículos e materiais de construção. O varejo cearense registrou a décima oitava queda, ante a posição de sexto maior crescimento registrado no terceiro trimestre de 2014.

**Tabela 4.7:** Taxa de crescimento do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Estados – 3º Trim./2013 ao 3º Trim./2015

Unidade da Federação	3º Trim./2011	3º Trim./2012	3º Trim./2013	3º Trim./2014	3º Trim./2015
Roraima	6,50	18,99	-2,61	9,73	0,36
São Paulo	4,85	11,28	2,12	-10,72	-4,99
Mato Grosso do Sul	1,89	14,23	4,04	-2,07	-6,42
Rio Grande do Norte	6,42	9,19	9,17	-0,70	-6,78
Pará	4,55	13,25	-0,18	1,35	-7,80
Minas Gerais	8,07	5,21	0,00	-0,16	-8,15
Rio de Janeiro	6,52	6,29	7,10	-0,06	-9,02
Paraná	8,77	8,10	6,75	-5,00	-9,17
Piauí	4,63	7,83	6,47	-0,91	-9,28
<b>Ceará</b>	<b>9,15</b>	<b>11,38</b>	<b>-1,99</b>	<b>1,61</b>	<b>-10,35</b>
Bahia	5,33	12,99	1,58	-0,50	-10,52
Sergipe	0,00	10,24	1,34	0,71	-11,58
Santa Catarina	7,95	3,17	4,13	-2,05	-11,78
Mato Grosso	6,25	18,33	2,41	-0,22	-11,87
Rondônia	11,99	4,20	-2,64	5,78	-12,22
Distrito Federal	-0,20	10,01	-1,23	-3,29	-12,54
Amazonas	0,43	1,13	5,27	2,30	-12,55
Pernambuco	6,01	9,00	6,35	-2,67	-13,30
Alagoas	3,36	16,24	3,14	-0,96	-14,30
Acre	4,55	11,96	7,84	6,33	-14,79
Paraíba	6,86	3,62	10,51	1,41	-14,99
Rio Grande do Sul	5,31	9,95	7,82	-2,48	-15,39
Goiás	7,05	11,44	3,91	-4,68	-16,00
Maranhão	8,28	13,61	3,34	1,27	-16,16
Amapá	-7,98	17,54	-3,17	0,14	-18,06
Tocantins	19,02	17,28	-1,05	6,30	-18,31
Espírito Santo	5,47	9,95	-4,03	-3,06	-19,84
<b>Brasil</b>	<b>5,76</b>	<b>9,32</b>	<b>3,33</b>	<b>-4,35</b>	<b>-9,34</b>

Fonte: PMC (IBGE). Elaboração: IPECE.

#### *Evolução das Vendas do Varejo por Setores*

Na análise da Tabela 4.8 é possível observar quais setores registraram as maiores altas e as maiores quedas no acumulado do ano até setembro dos últimos quatro anos. Nota-se que em 2014, apenas os setores de livros, jornais, revistas e papelaria (-5,7%) e Veículos, motocicletas, partes e peças (-0,6%) haviam registrado queda nas suas vendas. Contudo, no acumulado do ano de 2015, a situação se inverteu completamente quando apenas três setores registraram crescimento, a saber: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (+6,9%); tecidos, vestuário e calçados (+4,3%) e outros artigos de uso pessoal e doméstico (+1,3%).

A maior queda foi registrada nas vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-24,7%). O setor de veículos apresentou queda nas vendas pela terceira vez consecutiva para o acumulado do referido período. O setor de móveis e

eletrodomésticos, que apresentou taxas significativas de crescimento entre 2012 e 2014, passou a registrar forte baixa de 7,8% na mesma comparação.

**Tabela 4.8:** Taxa de crescimento do volume de vendas do varejo ampliado – Brasil e Estados – Acumulado até 3º Trim./2012-2015

Setores	Brasil				Ceará			
	2012	2013	2014	2015	2012	2013	2014	2015
Combustíveis e lubrificantes	4,8	6,6	4,1	-2,9	21,5	13,6	10,7	-3,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	7,7	2,8	2,4	-1,7	7,1	-0,8	3,5	-5,6
Hipermercados e supermercados	8,1	2,9	2,3	-1,6	7,2	-1,0	3,8	-5,3
Tecidos, vestuário e calçados	2,0	3,6	0,5	-5,2	7,7	5,3	8,5	4,3
Móveis e eletrodomésticos	13,3	6,7	2,0	-9,6	19,8	6,2	7,5	-7,8
Móveis	-	1,4	1,3	-11,8	15,5	23,5	7,9	-5,2
Eletrodomésticos	-	9,0	2,9	-8,6	24,5	-2,7	6,8	-9,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	10,0	9,3	10,1	4,7	11,8	20,9	3,1	6,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	3,6	4,3	-4,9	-9,6	-3,9	-0,5	-5,7	-13,7
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	17,9	2,2	-0,6	4,2	-19,5	-7,7	8,7	-24,7
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	6,1	11,1	8,6	3,4	0,3	1,5	17,3	1,3
Veículos, motocicletas, partes e peças	3,7	4,4	-6,8	-14,3	6,8	-9,4	-0,6	-12,7
Material de construção	7,3	7,6	1,6	-4,9	13,3	1,0	9,4	-0,2

Fonte: PMC (IBGE). Elaboração: IPECE.

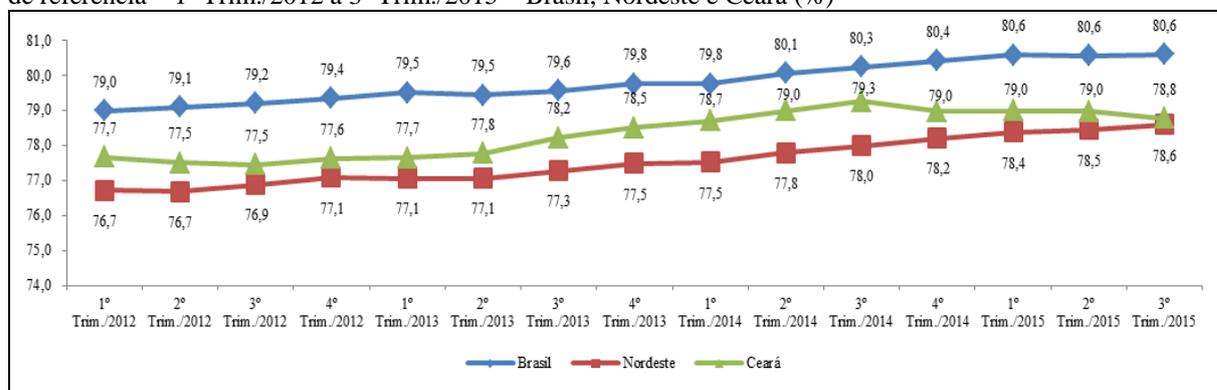
## 5 MERCADO DE TRABALHO

### 5.1 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Ceará

No Gráfico 5.2 a seguir são apresentados os percentuais de pessoas em idade de trabalhar em relação à população total, para o Brasil, região Nordeste e Ceará, medida *proxy* para a de Oferta de Trabalho (PIT/População Total).

Como pode ser observado, no primeiro trimestre de 2012 a taxa de participação do Estado do Ceará era de 77,7%. Por sua vez, no terceiro trimestre de 2015 essa participação cresceu levemente em um ponto percentual passando para 78,8%, ainda pouco acima da região Nordeste, mas ainda inferior ao registrado pelo país.

**Gráfico 5.1:** Evolução da taxa de participação da população acima de 14 anos no total da população, na semana de referência – 1º Trim./2012 a 3º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

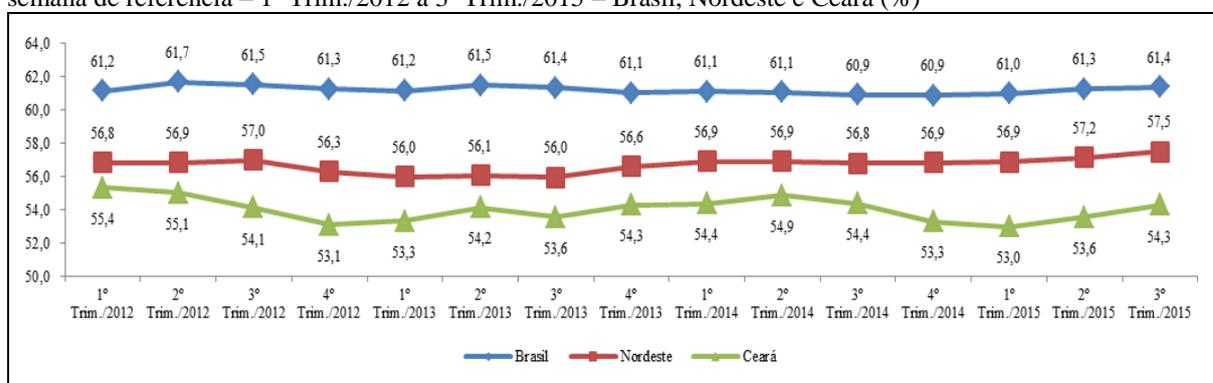
A expansão da população em idade de trabalhar (PIT) de forma mais acelerada que a população total ocasiona o chamado bônus demográfico. Nesse contexto, o potencial de trabalhadores se amplia com a possibilidade de elevação da produção da economia. Como observado no Gráfico anterior a oferta de trabalho do Estado do Ceará elevou-se desde o início da pesquisa, mas sofreu uma leve queda no terceiro trimestre de 2015.

Por sua vez, a Taxa de Participação no Mercado de Trabalho corresponde a Força de Trabalho (Ocupados e Desocupados) com relação aqueles em idade de trabalhar. De acordo com o Gráfico 5.2, no primeiro trimestre de 2012 a taxa de participação no mercado de trabalho nacional era de 61,2% (de cada 100 pessoas em idade de trabalhar 61,2 delas estavam na força de trabalho do país). O indicador atinge seu pico no segundo trimestre de 2012 tendo leves oscilações, mas com resultados muito próximos ao longo da série.

Não obstante menor ao longo da série, a região Nordeste apresenta taxas de participação no mercado de trabalho inferiores às do Brasil, mas registrando crescimento de quase um ponto percentual ao final do terceiro trimestre de 2015.

Por fim, o estado do Ceará tem apresentado comportamento oscilante nesse indicador com tendência de queda a partir do segundo trimestre de 2014 e forte recuperação no terceiro de 2015, mas ainda inferior a um ponto percentual ao valor de início da série (54,3% contra 55,4%). Esse tipo de característica é um sintoma de desalento no mercado de trabalho, quando se configura que parte da população em idade de trabalhar não participa da força de trabalho.

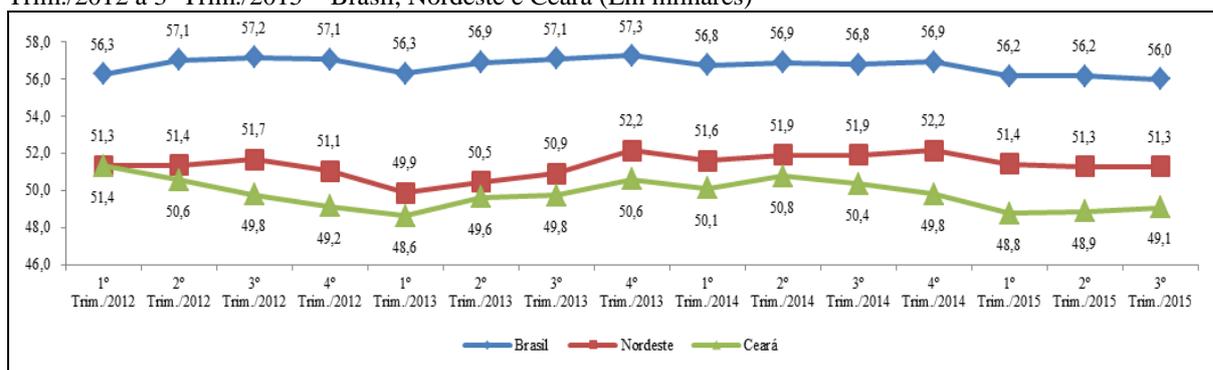
**Gráfico 5.2:** Evolução da taxa de participação na força de trabalho das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência – 1º Trim./2012 a 3º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

O indicador presente no Gráfico 5.3 caracteriza-se como uma *proxy* de demanda e é representado pelo nível de ocupação, dado pela relação entre a população ocupada e a população em idade de trabalhar. Nesse contexto, o nível de ocupação no mercado de trabalho brasileiro tem apresentado ritmo de queda a partir do quarto trimestre de 2013 vindo a alcançar seu menor nível da série no último trimestre em análise. O Ceará apresenta valores bem abaixo do Brasil no nível de ocupação e um pouco abaixo do Nordeste, não obstante estar em um cenário de estagnação ao longo de 2015 sem viés de baixa.

**Gráfico 5.3:** Nível da ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência – 1º Trim./2012 a 3º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (Em milhares)

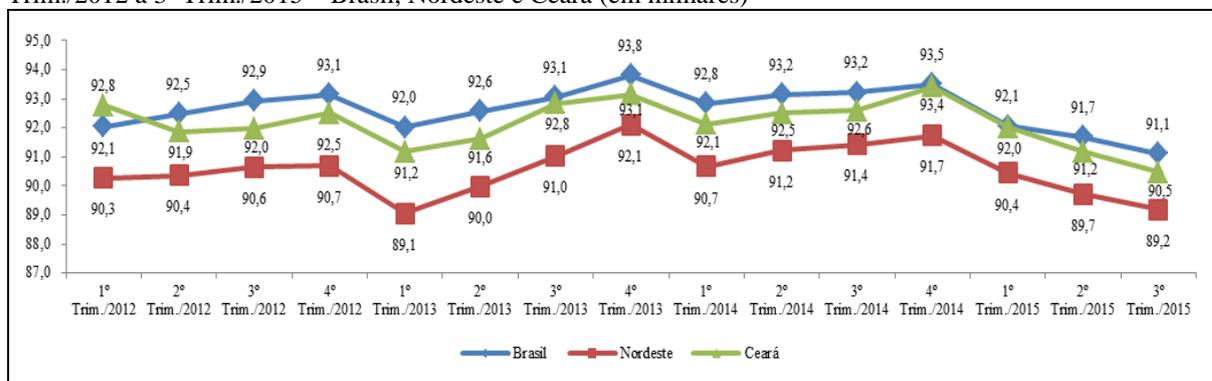


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Outra forma de medir a demanda pode ser dada pela taxa de ocupação no mercado de trabalho representada pela razão entre o número de pessoas ocupadas e o número de pessoas na força de trabalho. Assim, a diferença entre o último indicador para o nível ocupação está no denominador do índice construído.

No Gráfico 5.4 é apresentada a trajetória de queda da taxa de ocupação das pessoas na força de trabalho a partir do 4º trimestre de 2014 no Brasil, passando de 93,5% para 91,1% no terceiro trimestre de 2015. Dito de outra forma, de cada 100 pessoas na força de trabalho 91,7 delas estavam ocupadas. No Ceará e no Nordeste a tendência é também de queda a partir de 2015, refletindo uma desaceleração da ocupação no estado e na região.

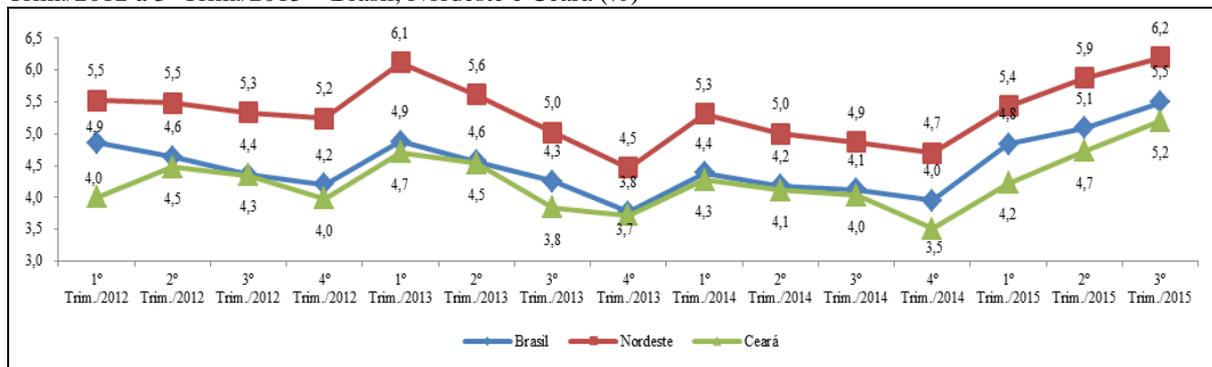
**Gráfico 5.4:** Taxa de ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência – 1º Trim./2012 a 3º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (em milhares)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

O nível de desocupação no mercado de trabalho é dado pela razão entre o número de pessoas desocupadas e o número de pessoas em idade de trabalhar multiplicado por 100 refletindo retrato similar a taxa de ocupação. No Gráfico 5.5 a seguir pode-se observar que o nível de desocupação vem se acelerando, resultado contrário ao observado na taxa de ocupação, mas que reflete o mesmo cenário de baixa atividade econômica a partir de 2015.

**Gráfico 5.5:** Nível da desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência – 1º Trim./2012 a 3º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)

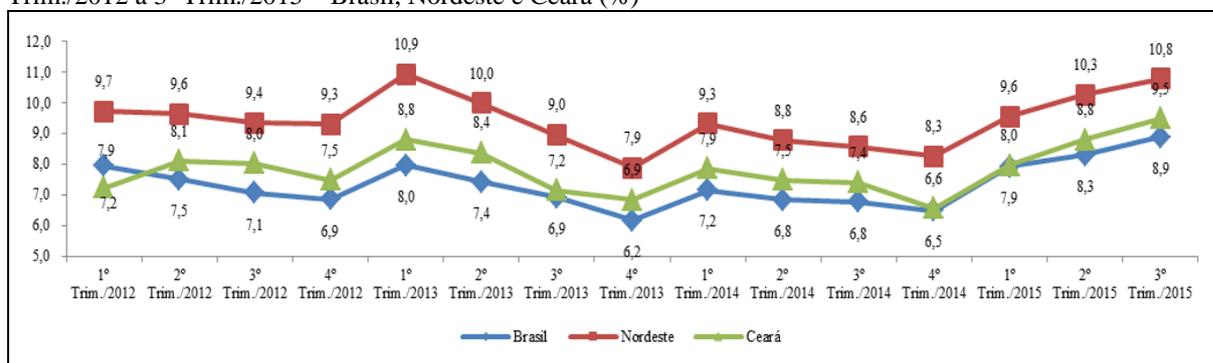


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

Por fim, a taxa de desemprego pode ser medida pela taxa de desocupação no mercado de trabalho, sendo medida pela razão entre o número de pessoas desocupadas e o número de pessoas na força de trabalho multiplicado por 100.

O Gráfico 5.6 a seguir apresenta a taxa de desocupação nas três áreas geográficas segue uma tendência crescente em 2015. A região Nordeste chega a apresentar uma taxa de desemprego igual a 10,8%, seguida pelo Ceará (9,5%) e pelo Brasil (8,9%). No caso do Ceará, a velocidade segue mais vertiginosa, o que pode estar refletindo também uma maior procura por trabalho por outros membros da família.

**Gráfico 5.6:** Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência – 1º Trim./2012 a 3º Trim./2015 – Brasil, Nordeste e Ceará (%)



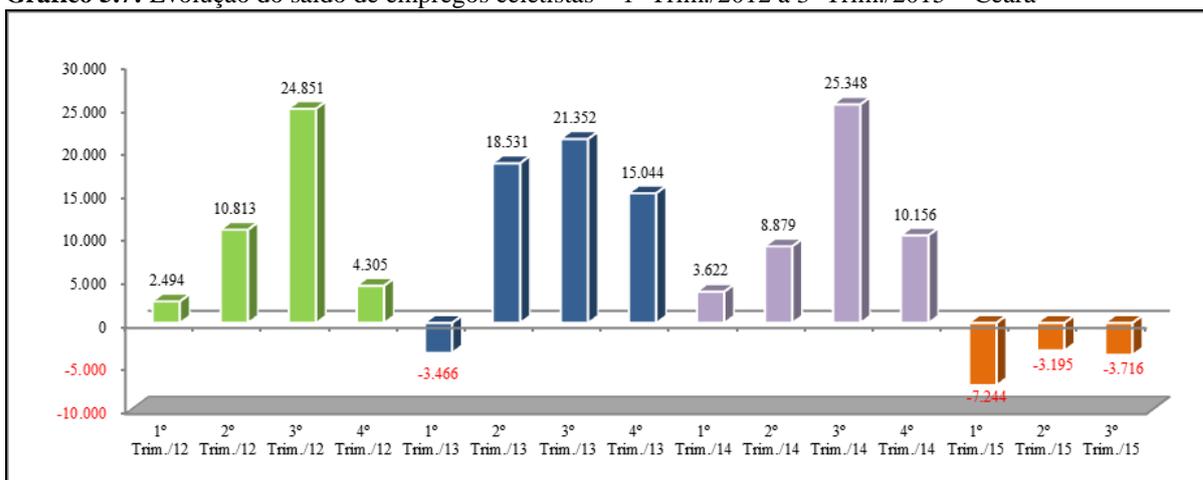
Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC).

## 5.2. Emprego Formal

Os dados do CAGED divulgados pelo MTE permitem observar o comportamento da dinâmica do trabalho celetista no estado do Ceará no período que vai do primeiro trimestre de 2012 ao terceiro trimestre de 2015<sup>4</sup>. Nota-se que nos três primeiros anos o comportamento da geração de novos postos de trabalho com carteira assinada foi crescente até o terceiro trimestre, vindo a apresentar desaceleração no ritmo de criação de novos postos de trabalho a partir de 2015.

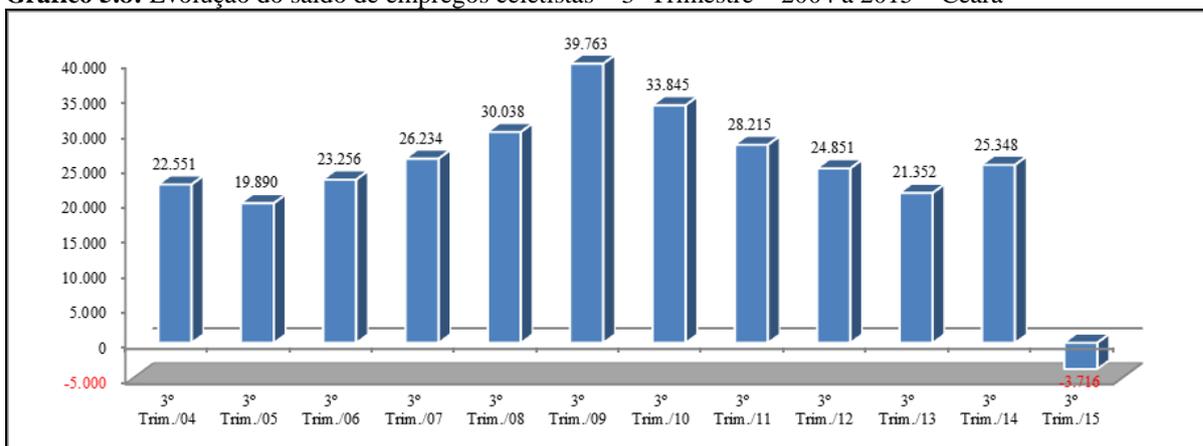
Apesar de nos meses de março (+638 vagas), junho (+1.371 vagas) e agosto (+1.378 vagas) de 2015 ter sido observada a criação de novos postos de trabalho com carteira assinada no estado do Ceará isso não foi o suficiente para que a cada trimestre fosse constatado o fechamento de vagas trimestre após trimestre dentro do ano de 2015, fato esse que se configura como um momento de grande preocupação para os formuladores de política, dado o desdobramento desse quadro sobre os indicadores tradicionais do mercado de trabalho, conforme revela o Gráfico 5.7, a seguir.

<sup>4</sup> O saldo de empregos aqui apresentado é resultado da soma da declaração realizada dentro e fora do prazo por parte das entidades econômico-administrativas.

**Gráfico 5.7:** Evolução do saldo de empregos celetistas – 1º Trim./2012 a 3º Trim./2015 – Ceará

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Através do Gráfico 5.8 observa-se o resultado do saldo do número de novos empregos com carteira assinada gerados no terceiro trimestre entre os anos de 2004 e 2015, ou seja, o comportamento observado nos últimos doze anos. Em todos os anos, a exceção de 2015, o terceiro trimestre revelou-se como o principal gerador de novos postos de trabalho na economia cearense, cujo pico foi observado em 2009. A partir desse ano, o saldo positivo de novos empregos gerados foi decrescente com quebra dessa trajetória em 2014. Em 2015, pela primeira vez na história do CAGED foi registrado saldo negativo de empregos com carteira assinada para o referido período de 3.716 empregos.

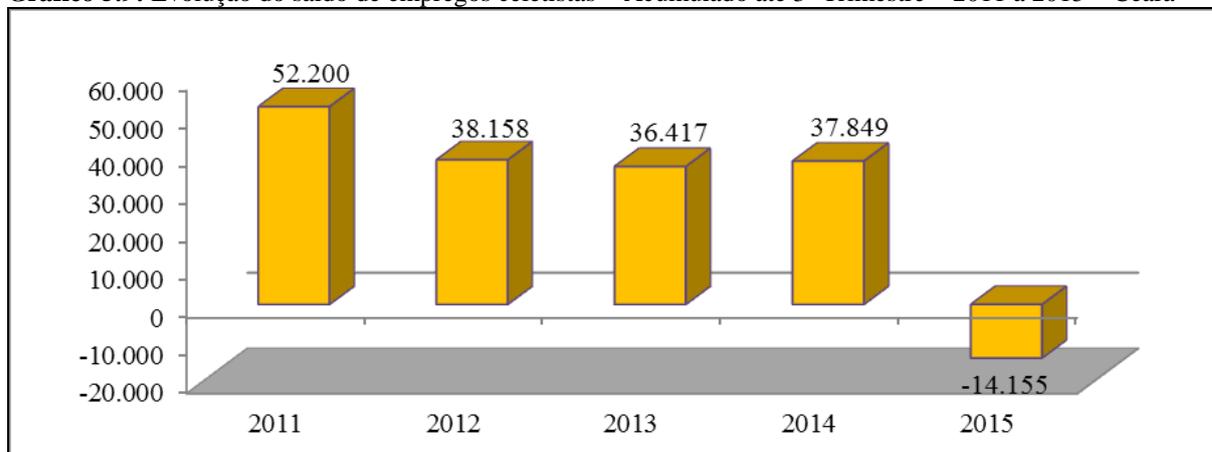
**Gráfico 5.8:** Evolução do saldo de empregos celetistas – 3º Trimestre – 2004 a 2015 – Ceará

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Como resultado da dinâmica mensal do emprego com carteira assinada obtém-se a partir do Gráfico 5.9 o resultado do saldo de geração de novas vagas de trabalho para o acumulado dos três primeiros trimestres de ano. Em 2011, o Ceará havia criado 52.200 novos postos de trabalho para o referido período, passando-se para um patamar entre 38 mil e 36 mil novas

vagas nos anos seguintes. Contudo, em 2015, foi registrado um saldo negativo de empregos celetistas de 14.155 vagas.

**Gráfico 5.9:** Evolução do saldo de empregos celetistas – Acumulado até 3º Trimestre – 2011 a 2015 – Ceará



Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Na Tabela 5.1 a seguir pode-se obter informações sobre o saldo de empregos no terceiro trimestre dos anos de 2011 a 2015 para todos os estados do país. Nota-se que nos anos de 2011 a 2013 não foi registrado nenhum fechamento de vagas para o referido período em nenhum estado. No entanto, em 2014, os estados do Rio Grande do Sul (- 1.770 vagas) e Minas Gerais (-8.828 vagas) foram os únicos a registrar saldo negativo de vagas de trabalho com carteira assinada. Em 2011, o Ceará ocupou a sexta colocação na geração de novos postos de trabalho com carteira assinada no ranking nacional para o referido período com 28.215 vagas caindo uma posição em 2012 com 24.851 novas vagas.

Em 2013, esta última posição foi mantida com um número menor de novas vagas (21.352). Já em 2014, o Ceará apareceu na posição de destaque de terceiro lugar no país com 25.348 vagas, superado apenas por São Paulo e Pernambuco. Por fim, no terceiro trimestre de 2015, apenas onze estados apresentaram saldo positivo na geração de novos postos de trabalho celetistas. Desta vez o Ceará figurou dentre os que fecharam vagas, ocupando a décima segunda colocação com fechamento de 3.716 vagas.

**Tabela 5.1:** Evolução do saldo de empregos celetistas – 3º Trimestre – 2011 a 2015 – Brasil e Estados

Estados	3º Trim./11	3º Trim./12	3º Trim./13	3º Trim./14	3º Trim./15
Alagoas	40.374	31.741	19.212	19.836	13.165
Maranhão	14.771	11.159	12.214	15.699	4.924
Paraíba	16.756	14.168	12.390	12.595	3.223
Pernambuco	62.583	37.623	43.133	33.288	1.958
Para	25.672	19.863	19.483	21.399	1.730
Sergipe	10.503	5.802	5.498	6.314	1.462
Rio Grande do Norte	12.378	11.925	10.673	9.156	1.183
Acre	2.130	1.776	1.292	1.278	1.113
Piauí	4.950	5.212	4.512	2.984	999
Roraima	1.973	1.974	1.435	1.750	584
Mato Grosso	11.812	13.535	13.566	7.162	6
Tocantins	4.533	1.811	3.249	5.303	-384
Amapá	3.269	3.548	1.888	2.057	-500
Rondônia	4.617	5.128	2.292	1.445	-1.429
Distrito Federal	9.610	6.049	7.599	4.508	-2.197
<b>Ceará</b>	<b>28.215</b>	<b>24.851</b>	<b>21.352</b>	<b>25.348</b>	<b>-3.716</b>
Amazonas	15.548	9.896	12.045	5.401	-5.459
Goiás	24.428	16.506	17.052	15.359	-5.897
Mato Grosso do Sul	7.497	6.202	4.948	5.159	-5.999
Espírito Santo	8.445	6.126	7.918	5.961	-12.728
Bahia	18.603	14.374	23.740	13.964	-18.441
Santa Catarina	22.865	18.365	23.289	13.828	-26.368
Paraná	39.305	27.680	33.166	21.184	-28.753
Rio de Janeiro	68.578	49.950	36.866	22.666	-35.760
Rio Grande do Sul	21.206	23.020	16.415	-1.770	-39.119
Minas Gerais	18.200	36.797	20.763	-8.828	-74.567
São Paulo	160.385	134.742	117.055	67.867	-100.356
<b>Brasil</b>	<b>659.206</b>	<b>539.823</b>	<b>493.045</b>	<b>330.913</b>	<b>-331.326</b>

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

Na Tabela 5.2 seguinte é apresentada a dinâmica do mercado de trabalho celetista cearense no terceiro trimestre dos anos de 2011 a 2015 por setores. Nota-se que nos anos de 2011 e 2012 nenhum setor apresentou fechamentos de vagas no estado do Ceará. Em 2013 e 2014, apenas o setor da Administração Pública (-3 vagas) e dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (-14 vagas) apresentaram fechamento de vagas para o referido período. Contudo, em 2015, dos oito setores investigados, apenas três apresentaram abertura de novas vagas de trabalho com carteira assinada, a saber: agropecuária, administração pública e indústria extrativa mineral.

O setor que mais contribuiu com o saldo negativo de empregos no terceiro trimestre na economia cearense foi a indústria de transformação com menos 3.511 vagas, seguido pela construção civil (-1.987 vagas) e Comércio (-1.221 vagas). Até o setor de serviços que sempre desempenhou importante papel como grande motor de geração de novos postos de trabalho apresentou saldo negativo de empregos de 1.073 vagas no citado período.

**Tabela 5.2:** Evolução do saldo de empregos celetistas – 3º Trimestre – 2011 a 2015 – Ceará

Setores	3º Trim./11	3º Trim./12	3º Trim./13	3º Trim./14	3º Trim./15
Agrop. extr veg., caça	2.990	2.332	2.619	3.671	3.947
Adm. Púb.	224	262	-3	42	211
Ext. mineral	144	62	252	17	2
SIUP	127	3	193	-14	-84
Serviços	9.216	8.194	9.677	8.303	-1.073
Comércio	5.591	4.281	4.259	4.924	-1.221
Const. Civil	4.250	2.067	1.746	5.896	-1.987
Ind. transf.	5.673	7.650	2.609	2.509	-3.511
<b>Total</b>	<b>28.215</b>	<b>24.851</b>	<b>21.352</b>	<b>25.348</b>	<b>-3.716</b>

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 5.3 nos traz a informação do saldo de emprego setorial no acumulado do ano até o terceiro trimestre. Dos oito setores analisados, metade registrou saldo positivo de vagas, sendo eles: agropecuária, administração pública, SIUP e serviços. Por outro lado, o grande responsável pelo fechamento de vagas na economia cearense foi a Indústria de Transformação (-9.671 postos) e o Comércio (-6.521 postos) acompanhados pela Construção Civil (-1.815 postos).

**Tabela 5.3:** Evolução do saldo de empregos celetistas – Acumulado até 3º Trimestre – 2011 a 2015 – Ceará

Setores	2011	2012	2013	2014	2015
Agrop. extr veg., caça	2.246	1.212	2.002	2.932	2.343
Adm. Púb.	490	601	1.043	746	660
SIUP	93	103	449	611	626
Serviços	24.687	22.584	14.675	20.211	375
Ext. mineral	336	118	371	-174	-152
Const. Civil	9.567	1.881	6.143	11.204	-1.815
Comércio	9.353	5.433	3.842	873	-6.521
Ind. transf.	5.428	6.226	7.892	1.446	-9.671
<b>Total</b>	<b>52.200</b>	<b>38.158</b>	<b>36.417</b>	<b>37.849</b>	<b>-14.155</b>

Fonte: CAGED/MTE. Elaboração: IPECE.

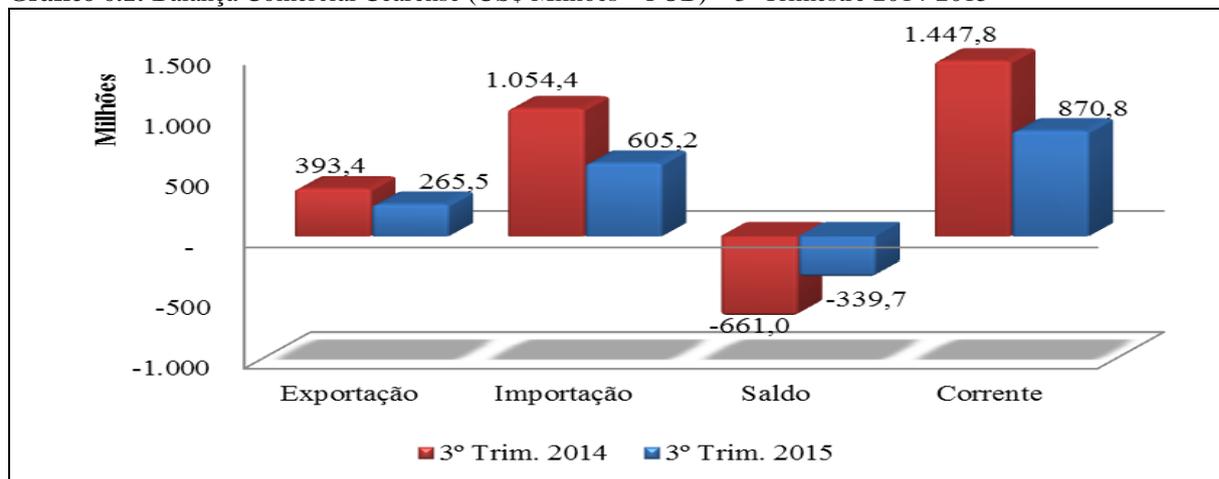
## 6 COMÉRCIO EXTERIOR

No que se referem às exportações do Ceará no terceiro trimestre de 2015, elas totalizaram US\$ 265,5 milhões, expressando uma redução de 32,5% em relação ao ano de 2014. As importações, por sua vez, totalizaram o valor de US\$ 605,2 milhões apresentando também uma queda de 42,6% comparada ao ano anterior.

Dessa forma, o saldo da balança comercial cearense totalizou um déficit de US\$ 339,7 milhões, abaixo do registrado no mesmo período do ano passado (-US\$ 661 milhões). Com o movimento das exportações e importações, a corrente de comércio exterior do Ceará no terceiro trimestre de 2015 alcançou o valor de US\$ 870,8 milhões, com redução de 39,85% em relação ao mesmo período de 2014 (Gráfico 6.1).

No panorama nacional, o Ceará se classificou como o décimo quarto estado exportador do Brasil, apresentando uma participação de 0,53% do total nacional. O estado subiu para a décima terceira colocação com relação às importações nacionais, participando com 1,44% do total. No cenário regional, ficou em terceiro lugar, contribuindo com 6,37% do total exportado pelo Nordeste no terceiro trimestre de 2015, sendo superado, pelos estados da Bahia (57,79%) e Maranhão (21,67%). Já com relação às importações, ficou em terceiro lugar, atrás apenas da Bahia e Pernambuco.

**Gráfico 6.1:** Balança Comercial Cearense (US\$ Milhões – FOB) – 3º Trimestre 2014-2015



Fonte: MDIC/SECEX. Elaboração: IPECE.

### ***Exportações***

A pauta de exportação cearense no terceiro trimestre de 2015 mantém-se liderada pelas vendas de Calçados e partes, que representou 25,04% do total exportado pelo estado, totalizando o valor de US\$ 56,50 milhões. Porém, houve uma queda na exportação desse setor (-12,65%), quando comparado ao terceiro trimestre de 2014, ocorrida pela diminuição das vendas externas, especialmente para alguns países da América Latina, como é o caso da Argentina, Paraguai, Chile, Panamá e Colômbia.

Couros e peles ocuparam o segundo lugar, gerando uma receita de aproximadamente US\$ 36,54 milhões e uma participação de 13,76% do total da pauta de vendas nesse terceiro trimestre de 2015. No entanto, destaca-se uma queda de 39,75% nas vendas desse setor, relativamente ao mesmo período do ano anterior, causada pela redução das exportações desses produtos para Hungria, China, Hong Kong, Itália e Estados Unidos.

Frutas ficaram em terceiro lugar com a quantia exportada de US\$ 25,71 milhões, apresentando um aumento das vendas de 13,73% em relação ao mesmo período do ano anterior, tendo como principais compradores Países Baixos (US\$ 11,16 milhões) e Reino Unido (US\$ 11,29 milhões).

O aumento do valor exportado do setor têxtil também merece destaque. Esse ganho em valores absolutos representou o montante de US\$ 5,35 milhões, em comparação ao mesmo período de 2014, sendo a Argentina (US\$ 3,94 milhões), o México (US\$ 2,47 milhões), a Colômbia (US\$ 1,95 milhão) e o Paraguai (US\$ 1,40 milhão) os principais países de destino.

Outro crescimento significativo foi o do setor de produtos metalúrgicos (171,94%), na comparação com o 3º trimestre do ano passado, totalizando o valor de US\$ 8,27 milhões, tendo como principais destinos: Peru, Camarões, Argentina, Paraguai e República Dominicana. Houve também um aumento do valor exportado de ceras vegetais (19,26%), preparações alimentícias diversas (3,9%) e castanha de caju (3,63%).

A principal via de escoamento dos produtos cearenses no terceiro trimestre de 2015 continuou sendo a marítima (88%), principalmente pelos portos do Pecém (33,89%), de Fortaleza (24,57%) e de Santos (12,42%).

**Tabela 6.1:** Principais produtos exportados – 3º trimestre – 2014-2015 (US\$ FOB)

Principais Produtos	2014		2015		Var. (%) 2015/2014
	US\$ FOB	Part.%14	US\$ FOB	Part.%15	
Calçados e partes	76.128.269	19,35	66.495.431	25,04	-12,65
Couros e Peles	60.657.567	15,42	36.544.050	13,76	-39,75
Frutas	22.613.232	5,75	25.719.023	9,69	13,73
Castanha de caju	20.834.953	5,30	21.591.876	8,13	3,63
Lagosta	22.029.289	5,60	19.370.413	7,29	-12,07
Preparações alimentícias diversas	18.243.092	4,64	18.954.689	7,14	3,90
Máquinas e equipamentos	23.904.439	6,08	15.787.075	5,95	-33,96
Têxtil	8.801.028	2,24	14.157.432	5,33	60,86
Ceras vegetais	11.354.821	2,89	13.542.075	5,10	19,26
Produtos Metalúrgicos	3.042.947	0,77	8.274.894	3,12	171,94
Demais Produtos	125.779.255	31,97	25.097.025	9,45	-80,05
<b>Ceará</b>	<b>393.388.892</b>	<b>100,00</b>	<b>265.533.983</b>	<b>100,00</b>	<b>-32,50</b>

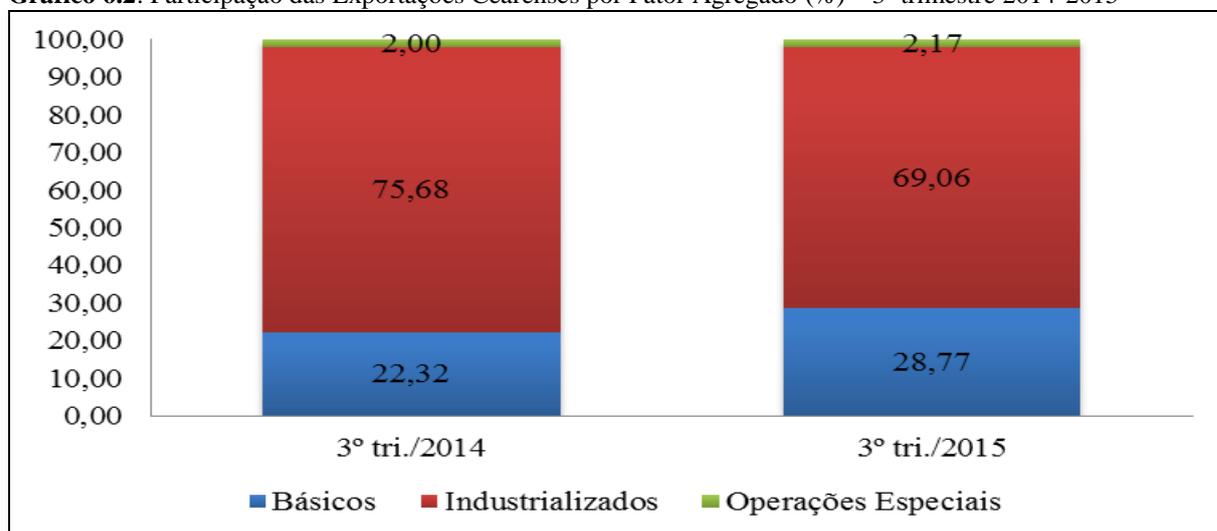
Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

### *Fator Agregado*

No terceiro trimestre do ano, a pauta de exportação por fator agregado do Ceará foi constituída, principalmente, por produtos industrializados como pode ser analisado no Gráfico 6.2.

As exportações de produtos básicos no terceiro trimestre de 2015 apresentaram um aumento de 6,45%, em comparação ao mesmo período do ano anterior, tendo atingido o valor de US\$ 76,39 milhões.

Já as exportações de produtos industrializados representaram 69,06% do total no terceiro trimestre de 2015, totalizando o valor de US\$ 183,36 milhões, tendo reduzido sua participação, quando comparada ao mesmo período de 2014.

**Gráfico 6.2:** Participação das Exportações Cearenses por Fator Agregado (%) – 3º trimestre 2014-2015

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

**Destinos**

Os três principais destinos que se destacaram por sua representatividade nas exportações cearenses foram os Estados Unidos, Alemanha e Argentina. Os Estados Unidos continuaram se destacando como principal país importador dos produtos cearenses, apresentando participação de 24,96%, totalizando o valor de US\$ 66,27 milhões. Os principais produtos adquiridos pelos EUA da pauta do estado foram *Outras lagostas, Sucos (sumo) de outras frutas e Castanha de caju*.

Ocupando o segundo lugar nas exportações cearenses, a Alemanha apresentou uma redução de 12,42% em suas compras em relação ao mesmo período do ano passado, importando o equivalente a US\$ 21,12 milhões, com destaque para *Partes de outros motores/geradores/grupos eletrogeradores, etc.* (US\$ 14,56 milhões).

Em terceiro lugar vem a Argentina, que apresentou um crescimento razoável (4,72%) quando comparado ao terceiro trimestre do ano anterior, representando o valor de US\$ 21,06 milhões, sendo a maior parte associada a *Calçados e partes e Tecidos de algodão*.

É importante apontar a acentuada queda de 36,07% nas exportações para a Hungria em relação ao terceiro trimestre do ano passado, motivada, principalmente, pela alta redução de US\$ 5,19 milhões na compra de *Couros e Peles*.

**Tabela 6.2:** Principais Destinos das Exportações - 3º Trimestre de 2014-2015 (US\$ FOB)

Principais Países	2014		2015		Var Trim. (%) 15/14
	US\$ FOB	Part.(%)	US\$ FOB	Part.(%)	
Estados Unidos	67.266.894	17,10	66.277.440	24,96	-1,47
Alemanha	24.120.772	6,13	21.125.651	7,96	-12,42
Argentina	20.114.577	5,11	21.063.646	7,93	4,72
Países Baixos (Holanda)	24.606.440	6,25	19.840.136	7,47	-19,37
Reino Unido	12.846.644	3,27	14.913.026	5,62	16,08
Hungria	16.557.935	4,21	10.586.157	3,99	-36,07
México	7.461.289	1,90	9.091.324	3,42	21,85
Paraguai	8.388.467	2,13	8.993.206	3,39	7,21
Itália	11.499.453	2,92	8.938.314	3,37	-22,27
Colômbia	8.026.527	2,04	6.714.963	2,53	-16,34
Demais Países	192.499.894	48,93	77.990.120	29,37	-59,49
<b>Ceará</b>	<b>393.388.892</b>	<b>100,00</b>	<b>265.533.983</b>	<b>100,00</b>	<b>-32,50</b>

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE

### ***Importações***

Enquanto as importações brasileiras caíram 31,28% no terceiro trimestre de 2015, em relação ao mesmo período do ano anterior, as importações cearenses tiveram uma queda de 42,60%. Em termos absolutos, o estado importou o equivalente a US\$ 1,05 bilhão no terceiro trimestre de 2014, caindo para US\$ 605,22 milhões em 2015. No rol das importações cearenses com relação ao terceiro trimestre, três produtos se destacaram pela sua relevância: combustíveis minerais, máquinas e equipamentos e produtos metalúrgicos. (Tabela 6.3).

O grupo de combustíveis minerais foi o primeiro colocado nas importações do estado, com valor de US\$ 132,34 milhões, consistindo em torno de 21,87% do total das importações nesse período, apresentando queda de 57,07% em relação ao terceiro trimestre de 2014. Os principais produtos importados desse grupo foram *Gás natural liquefeito e Hulha betuminosa, não aglomerada*. Com relação às importações desse setor, principalmente de Gás Natural Liquefeito (GNL), o estado continuou importando esse produto, pois ele é utilizado para a operação de usinas térmicas, que vêm demandando mais desse recurso para a geração de energia elétrica.

Máquinas e equipamentos ficaram em segundo lugar, com valor de US\$ 99,08 milhões (16,37%), caindo em 35,4% suas importações em relação ao mesmo período de 2014. Esse grupo foi representado, principalmente, por *outros grupos eletrogêneos de energia eólica e outros fornos para ustulação, etc, de minérios/metais, não elétricos*.

Em terceiro lugar aparecem os produtos metalúrgicos, cujas importações alcançaram a quantia de US\$ 69,04 milhões (11,41%), apresentando uma queda de 66,33% sobre o terceiro trimestre de 2014. A principal compra desse grupo foi de *Billets de ferro ou aço não ligado; Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado*; entre outros.

Apesar da relevância desses três produtos na pauta, houve uma redução das compras cearenses em relação aos outros componentes, refletindo a desaceleração da atividade econômica, principalmente de bens manufaturados.

**Tabela 6.3:** Principais Produtos Importados (US\$ FOB) – 3º Trimestre 2014-2015

Principais Produtos	2014		2015		Var. (%) 2015/2014
	US\$ FOB	Part.%14	US\$ FOB	Part.%15	
Combustíveis minerais	308.277.748	29,24	132.341.218	21,87	-57,07
Máquinas, equipamentos, aparelhos e mat. elétricos	153.363.205	14,55	99.079.291	16,37	-35,40
Produtos metalúrgicos	205.052.885	19,45	69.037.363	11,41	-66,33
Produtos químicos	108.215.186	10,26	67.632.189	11,17	-37,50
Outros aviões e outros veículos aéreos	0	0,00	49.774.197	8,22	
Outros trigos	71.183.104	6,75	43.338.024	7,16	-39,12
Têxteis	44.120.986	4,18	39.641.133	6,55	-10,15
Plásticos e suas obras	24.494.814	2,32	16.922.463	2,80	-30,91
Óleos de dende	14.529.936	1,38	11.277.187	1,86	-22,39
Castanha de caju	7.892.875	0,75	8.941.902	1,48	13,29
Demais Produtos	117.239.924	11,12	67.242.731	11,11	-42,65
<b>Ceará</b>	<b>1.054.370.663</b>	<b>100,00</b>	<b>605.227.698</b>	<b>100,00</b>	<b>-42,60</b>

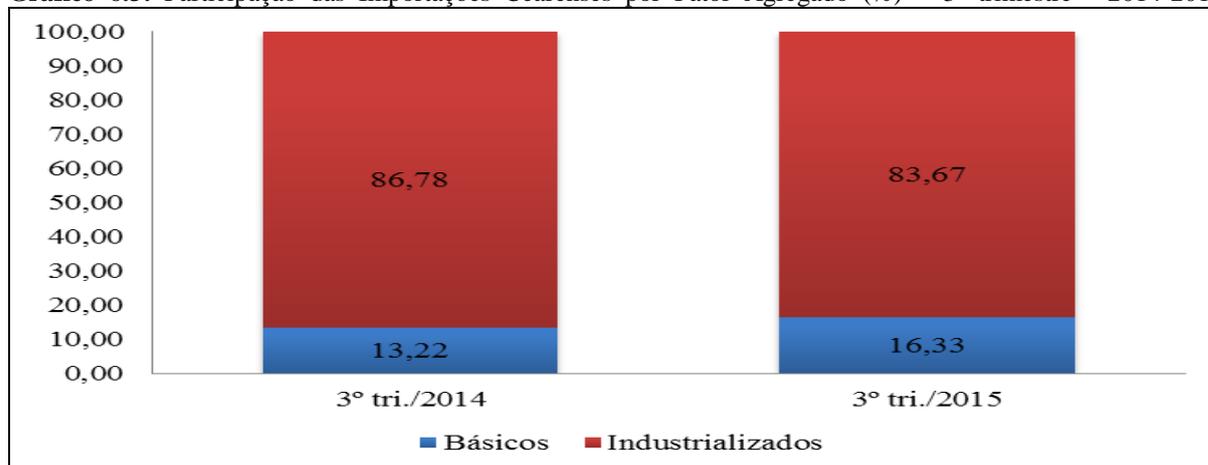
Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

### Fator Agregado

Com relação à importação por fator agregado, observa-se no período analisado que a pauta importadora do estado é composta, principalmente, por produtos industrializados (Gráfico 6.3).

Produtos básicos representaram 16,33% das importações cearenses no terceiro trimestre de 2015, aumentando em termos de participação em relação ao mesmo período do ano anterior (13,22%). Ainda assim, houve queda de 29,09% nas compras desse setor em relação ao terceiro trimestre de 2014.

Já as importações de produtos industrializados representaram 83,67% no terceiro trimestre de 2015, diminuindo em termos de participação em comparação ao terceiro trimestre de 2014 (86,78%), também apresentando queda de 44,66% nas importações nesse período.

**Gráfico 6.3:** Participação das Importações Cearenses por Fator Agregado (%) – 3º trimestre - 2014-2015

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

**Origens**

As importações da China no terceiro trimestre de 2015 foram da ordem de US\$ 159,40 milhões (26,34%), apresentando queda de 35,57% em relação ao 3º trimestre de 2014, majoritariamente pela importação de *produtos metalúrgicos, máquinas e equipamentos produtos químicos e têxteis*.

As compras originárias da Colômbia foram de US\$ 42,73 milhões (7,06%), sendo *Hulha betuminosa, não aglomerada e Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado*, seus principais produtos.

Destaque para a Argentina, a qual vendeu para o estado o equivalente a US\$ 39,48 milhões, com crescimento de 301,57% em relação ao terceiro trimestre de 2014. Foi adquirido desse país principalmente *trigos, produtos metalúrgicos e máquinas e equipamentos*.

Houve ainda importação de um avião no valor de US\$ 49,77 milhões do Canadá, o que representou 8,4% do valor importado pelo Ceará no terceiro trimestre de 2015. (Tabela 6.4).

**Tabela 6.4:** Principais Origens dos Produtos Importados (US\$ FOB) - 3º Trimestre -2014-2015

Principais Países	2014		2015		Var. (%) 2015/2014
	US\$ FOB	Part.%14	US\$ FOB	Part.%15	
China	255.341.865	24,22	159.404.427	26,34	-37,57
Canadá	19.425.300	1,84	50.816.212	8,40	161,60
Colômbia	50.595.970	4,80	42.732.598	7,06	-15,54
Argentina	9.830.663	0,93	39.477.175	6,52	301,57
Catar	0	0,00	39.322.122	6,50	-
Estados Unidos	105.780.732	10,03	30.653.266	5,06	-71,02
Portugal	630.579	0,06	28.022.885	4,63	4.343,99
Coreia do Sul	68.660.936	6,51	24.378.899	4,03	-64,49
Índia	42.743.283	4,05	23.404.488	3,87	-45,24
Noruega	145.063.547	13,76	22.583.524	3,73	-84,43
Demais Países	356.297.788	33,79	144.432.102	23,86	-59,46
<b>Ceará</b>	<b>1.054.370.663</b>	<b>100,00</b>	<b>605.227.698</b>	<b>100,00</b>	<b>-42,60</b>

Fonte: SECEX/MDIC. Elaboração: IPECE.

## 7 FINANÇAS PÚBLICAS

O fato marcante nas finanças públicas no terceiro trimestre de 2015 foi a queda de todas as fontes de receitas do governo cearense. As “Receitas Totais” caíram 16,4%, havendo uma queda de 56,1% das “Receitas de Capital” e 7,1% nas “Receitas Correntes”. Nesse sentido, a menor queda foi registrada entre as receitas de “Impostos”, com queda de 2,5% nesta rubrica. No acumulado do ano verificou-se, também, queda em todas as fontes de receitas do Estado, registrando-se uma queda de 7,4%, relativamente a igual período de 2014, das “Receitas Totais”, uma redução de 4% nas “Receitas Correntes” e 33,5% nas “Receitas de Capital”.

**Tabela 7.1:** Receitas do Governo Estadual no Segundo trimestre de 2014 e 2015 (R\$1.000,00 de 3º trim. 2015)

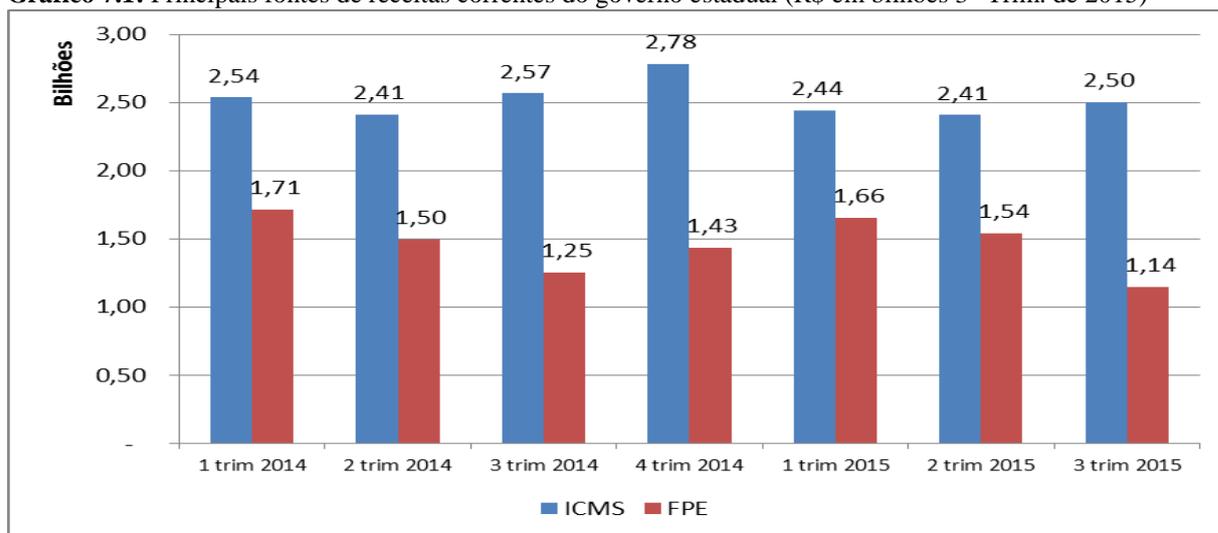
Descrição	3º Trimestre					Acumulado				
	2014		2015		Var (%)	2014		2015		Var (%)
	R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%	
<b>Receitas correntes</b>	<b>4.511.242</b>	<b>76,9</b>	<b>4.192.865</b>	<b>85,4</b>	<b>-7,1</b>	<b>14.267.616</b>	<b>85,6</b>	<b>13.696.168</b>	<b>88,7</b>	<b>-4</b>
Receita tributária	2.555.089	43,5	2.476.135	50,4	-3,1	7.867.389	47,2	7.683.444	49,8	-2,3
Impostos	2.444.085	41,6	2.383.570	48,5	-2,5	7.542.751	45,2	7.388.123	47,9	-2,1
Taxas	111.004	1,9	92.565	1,9	-16,6	324.638	1,9	295.320	1,9	-9
Transferências correntes	1.588.984	27,1	1.390.888	28,3	-12,5	5.385.291	32,3	5.070.371	32,8	-5,8
Outras receitas correntes	367.169	6,3	325.841	6,6	-11,3	1.014.935	6,1	942.352	6,1	-7,2
<b>Receitas de capital</b>	<b>1.042.405</b>	<b>17,8</b>	<b>457.508</b>	<b>9,3</b>	<b>-56,1</b>	<b>1.671.298</b>	<b>10,0</b>	<b>1.111.146</b>	<b>7,2</b>	<b>-33,5</b>
Operações de crédito	465.356	7,9	370.220	7,5	-20,4	932.648	5,6	832.268	5,4	-10,8
Outras receitas de capital	577.048	9,8	87.288	1,8	-84,9	738.650	4,4	278.877	1,8	-62,2
<b>Receitas intraorçamentárias</b>	<b>316.177</b>	<b>5,4</b>	<b>259.537</b>	<b>5,3</b>	<b>-17,9</b>	<b>737.763</b>	<b>4,4</b>	<b>629.627</b>	<b>4,1</b>	<b>-14,7</b>
<b>Total geral</b>	<b>5.869.824</b>	<b>100,0</b>	<b>4.909.909</b>	<b>100,0</b>	<b>-16,4</b>	<b>16.676.677</b>	<b>100,0</b>	<b>15.436.940</b>	<b>100,0</b>	<b>-7,4</b>
<b>Receita corrente líquida</b>	<b>3.727.624</b>		-			<b>11.731.109</b>		<b>7.804.407</b>		

Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

Obs.: Corrigido pela média do IPCA do terceiro trimestre.

Entre as “Receitas Correntes”, deve-se destacar que as “Receitas de Transferências” caíram bem mais do que as tributárias, ou seja, o baixo desempenho da arrecadação federal está afetando negativamente as finanças do Estado do Ceará. Para contornar esses problemas foram enviadas a Assembleia Legislativa nos últimos meses de 2015 propostas de aumento de alíquota de ICMS de alguns produtos e das alíquotas de IPVA de veículos com maior potência. Entretanto, deve-se ressaltar que estas medidas, caso sejam aprovadas, só terão impacto no ano de 2016.

Entre as principais receitas do governo cearense estão às receitas de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) e os repasses do FPE (Fundo de Participação dos Estados), cujos valores, em termos reais, e comportamento são apresentados no Gráfico 7.1. Nesse sentido, é possível constatar que as receitas de ICMS, nos três primeiros trimestres de 2015 estão em patamar inferior ao observado em 2014. Já o FPE, quando se compara as receitas do terceiro trimestre de 2015 com idêntico período de 2014, constata-se uma sensível queda nos valores transferidos.

**Gráfico 7.1:** Principais fontes de receitas correntes do governo estadual (R\$ em bilhões 3º Trim. de 2015)

Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

O fraco desempenho da arrecadação estadual, dado tanto por receitas transferidas como as tributárias, pode ser atribuído à queda do PIB, tanto o nacional como o estadual. Assim, caso as expectativas para 2016 se confirmem, é de se esperar que o próximo ano não ocorra incrementos das receitas estaduais, com relação a 2015, o que seria um importante obstáculo para o Estado.

Observando-se o comportamento das despesas do Governo Estadual, é possível constatar, na Tabela 7.2 que as “Despesas Correntes” apresentaram crescimento de 4,7%, quando se compara o terceiro trimestre de 2015 com idêntico período de 2014, sendo possível observar que as despesas com “Pessoal e Encargos Sociais” subiram 17,5% entre os dois períodos. Uma explicação para o significativo incremento da “Despesa com Pessoal” foi o pagamento da primeira parcela do 13º salário dos servidores públicos que, em 2015, ocorreu no mês de julho e, em 2014, em junho. No acumulado do ano houve uma queda de 1,1% nas “Despesas Correntes” e um crescimento de 2,9% nas despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”. Assim, constata-se que, comparativamente a 2014, há uma tendência de elevação do gasto com essa rubrica, apesar da queda na arrecadação estadual. Destaque-se, ainda, a redução de 8,8% da “Despesa Total” do Estado no acumulado de 2015, frente a igual período de 2014.

**Tabela 7.2:** Despesas do Governo Estadual no terceiro trimestre de 2014 e 2015 (R\$1.000,00 de 3º trim. 2015)

Descrição	3º Trimestre					Acumulado				
	2014		2015		Var (%)	2014		2015		Var (%)
	R\$	%	R\$	%		R\$	%	R\$	%	
<b>Despesas correntes</b>	3.838.424	73	4.019.622	84,8	4,7	11.616.963	78,4	11.484.449	85	-1,1
Pessoal e encargos sociais	1.921.647	36,5	2.258.438	47,6	17,5	6.072.570	41	6.251.234	46,3	2,9
Juros e encargos da dívida	65.244	1,2	106.075	2,2	62,6	219.047	1,5	312.895	2,3	42,8
Outras despesas correntes	1.851.533	35,2	1.655.109	34,9	-10,6	5.325.346	36	4.920.320	36,4	-7,6
<b>Despesas de capital</b>	1.421.735	27	722.940	15,2	-49,2	3.195.615	21,6	2.028.977	15	-36,5
Investimentos	1.039.648	19,8	518.006	10,9	-50,2	2.469.857	16,7	1.452.175	10,7	-41,2
Outras despesas de capital	382.087	7,3	204.934	4,3	-46,4	725.758	4,9	576.802	4,3	-20,5
<b>Reserva de contingência</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	5.260.159	100	4.742.562	100	-9,8	14.812.578	100	13.513.426	100	-8,8

Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

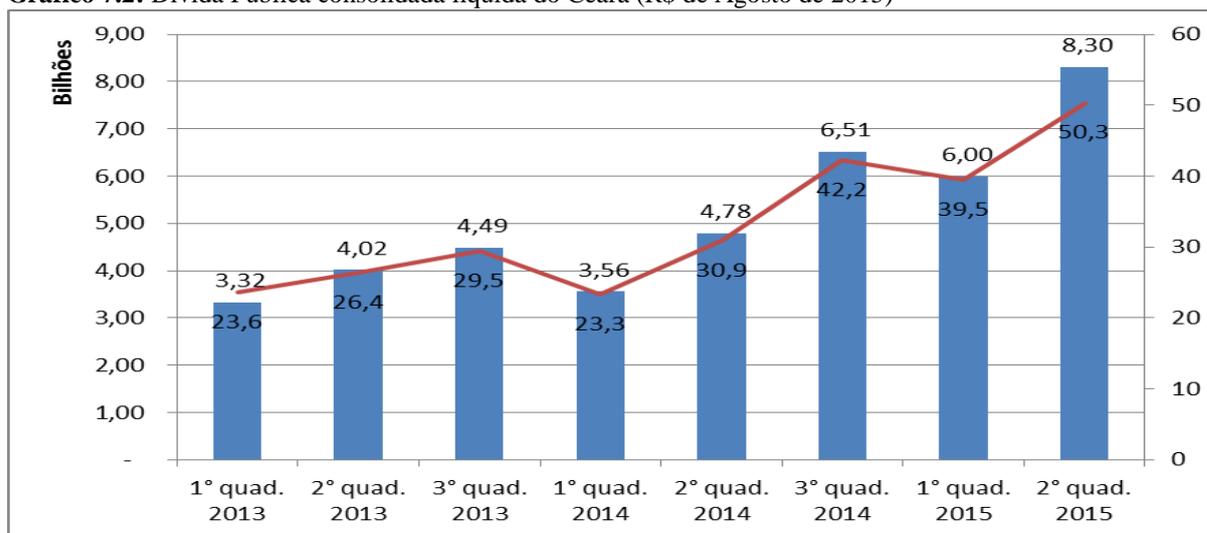
Obs.: Corrigido pela média do IPCA do terceiro trimestre.

Já o pagamento de “Juros e Encargos da Dívida” avançaram 62,6% no terceiro trimestre de 2015 e as despesas de “Capital” caíram entre os dois períodos em análise em 49,2%, destacando-se a queda de 50,2% nos “Investimentos” do Governo Estadual. As outras despesas correntes, que englobam a rubrica de custeio, tiveram queda de 10,6%. No acumulado do ano de 2015 as “Despesas de Capital” também apresentaram queda, sendo o principal motivo a retração das despesas com “Investimentos”, com redução superior a 41%.

Do exposto acima pode-se tirar duas conclusões. A primeira é que o governo estadual vem se esforçando para adaptar-se à essa restrição orçamentária, dada a redução dos gastos públicos, apesar desse esforço não ter sido suficiente para acompanhar a queda das receitas. A segunda conclusão é a de que o corte de despesas atingiu, principalmente, as despesas de custeio e os investimentos estaduais.

Por fim, um último indicador analisado nesse documento é o comportamento da dívida pública consolidada líquida do Ceará, cujos dados são apresentados no Gráfico 7.2. Nesse gráfico é possível constatar que a dívida pública estadual apresenta tendência de crescimento desde o primeiro quadrimestre de 2013, atingindo seu valor máximo, dentro do período analisado, de 8,3 bilhões de Reais no segundo quadrimestre de 2015. Vale destacar que a dívida pública consolidada líquida representava, nesse último quadrimestre, 50,3% da Receita corrente líquida, apresentando, portanto, um significativo incremento frente ao quadrimestre anterior.

**Gráfico 7.2:** Dívida Pública consolidada líquida do Ceará (R\$ de Agosto de 2015)



Fonte: Sefaz/Smart. Elaboração: IPECE.

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desempenho das principais economias mundiais no terceiro trimestre de 2015 mostrou comportamentos diferenciados com os países da União Europeia dando sinais mais concretos de recuperação da crise e retomada do crescimento.

Na economia americana, verificou-se uma estabilidade em torno de 2% nas taxas de crescimento trimestrais. Todavia, havia uma expectativa de crescimento econômico maior ao longo do ano de 2015 e isso não vem sendo confirmado em consequência principalmente das incertezas de crescimento. Diante desse cenário as decisões de política monetária mantêm-se cautelosas, com juros próximos de zero. Com relação à economia da China, as taxas trimestrais apontam uma continuidade de desaceleração.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) aponta uma projeção de 3,1% de crescimento da economia mundial, reduzindo mais uma vez o valor previsto, que em julho era de 3,3%. O FMI cita alguns fatores que explicam o fraco desempenho dos países emergentes, incluindo a piora da atividade em países exportadores de petróleo, desaceleração da China, queda dos preços das *commodities* e questões internas de alguns mercados.

Neste terceiro trimestre de 2015 o PIB nacional registrou novamente contração de 1,7% em relação ao trimestre imediatamente anterior. Essa é a terceira queda consecutiva revelando o quadro crítico em que se encontra a atividade econômica nacional.

Sob a ótica da produção, os três grandes setores tiveram queda, tendo a agropecuária apresentado duas quedas consecutivas, não obstante a depreciação do câmbio em mais de 30% ao longo do ano, o que revela também queda dos preços relativos das *commodities* nacionais.

A indústria sem dúvida é o setor mais preocupante tendo em vista as seguidas quedas que tem apresentado. Já o setor de serviços, que apresenta participação de mais de 70% no total da produção, simboliza o atual estado de depressão da atividade econômica levando em conta suas três quedas consecutivas.

No terceiro trimestre de 2015 com relação ao mesmo período de 2014, a economia cearense registrou uma contração de 5,54%, apresentando um desempenho muito inferior ao registrado no terceiro trimestre de 2014, com relação ao mesmo período de 2013, quando registrou crescimento de 5,61%. No acumulado do ano, observou-se uma queda de 3,27%, enquanto a taxa anualizada, considerando os quatro últimos trimestres, registrou uma variação negativa de 1,78%.

As estimativas para as principais lavouras cearenses segundo o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA/IBGE) indicam elevada redução na produção de milho, feijão, arroz e mandioca, sendo essas as culturas de maior importância econômica na agricultura do Ceará. A causa para essa severa redução recai no pouco volume de chuvas ocorridas no estado, além da irregularidade espacial e temporal registrada pela mesma.

Quanto à produção de frutas, esta também indica grandes reduções para o ano de 2015. O principal motivo consiste no baixo volume dos reservatórios hídricos do estado, afetando assim a liberação de água para os perímetros irrigados, onde, em muitos deles, foram reduzidas a vazão e o tempo de água liberadas. Pode-se destacar a estimativa para a produção de melão no Ceará que aponta para uma redução de 68,9%. A produção de melancia e banana também segue queda na produtividade, registrando redução de 45,69% e 16,58%, respectivamente. Vale ressaltar que essas três culturas citadas são as frutas frescas mais exportadas pelo Ceará.

Pelo lado da pecuária a atividade de galináceos continua registrando crescimento, com variação de 16,68% em 2015, comparado com o ano de 2014.

O resultado para o terceiro trimestre do ano é o pior apresentado pela indústria cearense desde o início da atual fase de retração. Os meses de julho, agosto e setembro foram novamente de quedas contínuas na atividade industrial. Em tais meses o ritmo de retração foi intensificado com taxas mensais superiores a 10,0% na comparação mensal.

Repetindo o trimestre anterior, neste terceiro período, a indústria de transformação no Ceará experimentou reduções mais intensas que o Brasil. De qualquer forma, as trajetórias observadas desde o início de 2014 evidenciam a conjuntura recessiva para a atividade.

É importante destacar que o ano de 2014, base de comparação para o ano 2015, já foi de redução na atividade industrial em relação a 2013. O ano de 2015 se configura, então, como o segundo ano seguido de retração para manufatura no Ceará e no Brasil.

No acumulado do ano, a indústria de transformação cearense registrou uma diminuição de 9,5% na produção, superior à média nacional (-9,2%), e à registrada pela região Nordeste (-4,4%), sempre em comparações em relação a 2014. A queda da produção física foi generalizada entre os segmentos que compõem a indústria de transformação, preservando o quadro do trimestre anterior. Entre as onze atividades pesquisadas, nove delas sofreram redução em sua produção na comparação com o terceiro trimestre de 2014.

As vendas do varejo comum cearense registraram queda no acumulado do terceiro trimestre de 2015 de 5,34%, levemente inferior ao que foi registrado pelo país (5,66%). É importante ressaltar que foram registradas quedas sucessivas trimestrais de intensidade cada vez maior ao longo de todo o ano de 2015. Neste mesmo período, o varejo ampliado cearense registrou uma baixa de 10,35%, superando dessa vez a marca registrada pelo país de 9,34%.

Na comparação com o mesmo trimestre dos últimos cinco anos pela primeira vez o varejo ampliado cearense passou a registrar queda, refletindo o momento de forte desaceleração dessa atividade.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) evidenciam que a oferta de trabalho do Estado do Ceará elevou-se desde 2012, mas sofreu uma leve queda no terceiro trimestre de 2015.

O nível de ocupação no mercado de trabalho brasileiro tem apresentado ritmo de queda a partir do quarto trimestre de 2013 vindo a alcançar seu menor nível da série no último trimestre em análise. O Ceará apresenta valores bem abaixo do Brasil no nível de ocupação e um pouco abaixo do Nordeste.

Além disso, a taxa de desemprego nas três áreas geográficas segue uma tendência crescente em 2015. A região Nordeste chega a apresentar uma taxa de desemprego igual a 10,8%, seguido pelo Ceará (9,5%) e pelo Brasil (8,9%). No caso do Ceará, a velocidade segue mais vertiginosa, o que pode estar refletindo também uma maior procura por trabalho por outros membros da família.

Entre os anos de 2004 e 2015, o terceiro trimestre revelou-se como o principal gerador de novos postos de trabalho na economia cearense, cujo pico foi observado em 2009. A partir desse ano, o saldo positivo de novos empregos gerados foi decrescente com quebra dessa trajetória em 2014. Em 2015, pela primeira vez na história do CAGED foi registrado saldo negativo de empregos com carteira assinada de 3.716 empregos.

O setor que mais contribuiu com o saldo negativo de empregos no terceiro trimestre na economia cearense foi a indústria de transformação com menos 3.511 vagas, seguido pela construção civil (-1.987 vagas) e Comércio (-1.221 vagas).

Para o acumulado dos três primeiros trimestres de ano o Ceará havia criado 52.200 novos postos de trabalho no ano de 2011, passando-se para um patamar de 38 mil e 36 mil novas vagas nos anos seguintes. Contudo, em 2015, foi registrado um saldo negativo de empregos celetistas de 14.155 vagas.

No que se referem às exportações do Ceará no terceiro trimestre de 2015, elas totalizaram US\$ 265,5 milhões, registrando uma redução de 32,5% em relação ao ano de 2014. As importações, por sua vez, totalizaram o valor de US\$ 605,2 milhões apresentando também uma queda de 42,6% comparada ao ano anterior.

Com a retração das exportações e importações, a corrente de comércio exterior do Ceará no terceiro trimestre de 2015 alcançou o valor de US\$ 870,8 milhões, tendo uma redução de 39,85% em relação ao mesmo período de 2014.

A pauta de exportação cearense no terceiro trimestre de 2015 mantém-se liderada pelas vendas de calçados e partes, que representou 25,04% do total exportado pelo estado, totalizando o valor de US\$ 56,50 milhões. Porém, houve uma queda na exportação desse setor (12,65%), quando comparado ao terceiro trimestre de 2014. Já o valor exportado do setor têxtil merece destaque devido aos ganhos em valores absolutos de US\$ 5,35 milhões. Outro crescimento significativo foi o do setor de produtos metalúrgicos (171,94%), na comparação com o 3º trimestre do ano passado, totalizando o valor de US\$ 8,27 milhões,

O grupo de combustíveis minerais foi o primeiro colocado nas importações do estado, com valor de US\$ 132,34 milhões, ou 21,87% do total das importações nesse período, apresentando queda de 57,07% em relação ao terceiro trimestre de 2014. Os principais produtos importados desse grupo foram *Gás natural liquefeito e Hulha betuminosa, não aglomerada*. Com relação às importações desse setor, principalmente de Gás Natural Liquefeito (GNL), o estado continua importando esse produto, pois ele é utilizado para a operação de usinas térmicas, que vêm demandando mais desse recurso para a geração de energia elétrica.

O fato marcante nas finanças públicas no terceiro trimestre de 2015 foi a queda de todas as fontes de receitas do governo cearense. As “Receitas Totais” caíram 16,4%, havendo queda de 56,1% das “Receitas de Capital” e 7,1% nas “Receitas Correntes”. A menor queda foi registrada entre as receitas de “Impostos”, com queda de 2,5% nesta rubrica.

Entre as “Receitas Correntes”, deve-se destacar que as “Receitas de Transferências” caíram bem mais do que as tributárias, ou seja, o baixo desempenho da arrecadação federal está afetando negativamente as finanças do Estado do Ceará. Para contornar esses problemas foram enviadas a Assembleia Legislativa nos últimos meses de 2015 propostas de aumento de alíquota de ICMS de alguns produtos e das alíquotas de IPVA de veículos com maior potência. Entretanto, deve-se ressaltar que estas medidas, caso sejam aprovadas, só terão impacto no ano de 2016.

As “Despesas Correntes” apresentaram crescimento de 4,7%, quando se compara o terceiro trimestre de 2015 com idêntico período de 2014, sendo possível observar que as despesas com “Pessoal e Encargos Sociais” subiram 17,5% entre os dois períodos. Uma explicação para o significativo incremento da “Despesa com Pessoal” foi o pagamento da primeira parcela do 13º salário dos servidores públicos que, em 2015, ocorreu no mês de julho e, em 2014, em junho. No acumulado do ano houve uma queda de 1,1% nas “Despesas Correntes” e um crescimento de 2,9% nas despesas com “Pessoal e Encargos Sociais”.

Já o pagamento de “Juros e Encargos da Dívida” avançaram 62,6% no terceiro trimestre de 2015 e as despesas de “Capital” caíram 49,2% entre os dois períodos em análise, destacando-se a queda de 50,2% nos “Investimentos” do Governo Estadual. As outras despesas correntes, que englobam a rubrica de custeio, tiveram queda de 10,6%.

## 9 ARTIGO DE OPINÃO<sup>5</sup>

### ELEMENTOS PARA UMA INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA DO GOVERNO FEDERAL NA REGIÃO NORDESTE

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes  
Diretor de Estudos Econômicos

A história recente do desenvolvimento do Nordeste tem sido marcada pelo esvaziamento da política de desenvolvimento regional do Governo Federal, que se manifesta não apenas pela falta de ações mais estruturadas da União, mas, também, pela fragilização dos Órgãos Federais com atuação regional. Nesse contexto, torna-se necessária a mobilização de nossas lideranças políticas, empresariais e a sociedade em geral, com vistas à elaboração de um novo pacto pelo Nordeste, considerando as importantes mudanças ocorridas na esfera mundial, seus impactos na economia brasileira e a necessidade de uma inserção competitiva do Nordeste nas economias nacional e mundial, em um cenário de integração soberana por parte do Brasil.

Ou seja, a região Nordeste precisa de um novo plano de ação governamental, adequado aos atuais padrões do desenvolvimento, contemplando um conjunto de intervenções públicas e privadas, capazes de acelerar o processo de transformação do atual quadro macroeconômico regional, aproximando-o, em termos de indicadores econômicos e sociais, das áreas mais desenvolvidas do País. Trata-se, portanto, da definição de uma agenda estratégica a ser implementada no Nordeste, cuja legitimidade estará condicionada por sua capacidade de atendimento das aspirações de toda a sociedade civil, especialmente dos estratos sociais tradicionalmente excluídos do desenvolvimento regional.

Certamente, essa agenda deverá servir como um instrumento de planejamento e gestão do desenvolvimento regional, contribuindo para orientar as ações estratégicas no Nordeste, numa perspectiva multidisciplinar, que incorpore os aspectos sociais, econômicos, demográficos, político-institucionais e ambientais, e permita, ainda, a ampla mobilização dos atores envolvidos. Tudo isso em um contexto econômico marcado pela heterogeneidade espacial, com a existência mútua de regiões estagnadas e dinâmicas, que propicia a elevada concentração de renda e riqueza, com as áreas mais privilegiadas atraindo as maiores fatias de investimentos públicos e privados, bem como os maiores contingentes demográficos.

---

<sup>5</sup> As ideias colocadas neste tópico refletem exclusivamente a visão do autor, não sendo, portanto, a posição oficial do IPECE.

Esse fenômeno tem se acelerado desde a adaptação do País ao modelo hegemônico de integração das economias mundiais, ao final dos anos 80, que levou à exclusão dos espaços estagnados, favorecendo a inserção internacional de segmentos produtivos mais modernos tecnologicamente e dos espaços mais dinâmicos, levando à reconcentração econômica nas regiões mais desenvolvidas do País.

São essas características indesejáveis do processo de desenvolvimento que levam à necessidade de intervenção do Estado, o qual deveria assumir maior proeminência nas ações de âmbito regional, principalmente nos anos subsequentes à crise financeira mundial, quando os governantes, principalmente das economias industrializadas, mostraram-se convencidos do fracasso da centralidade do mercado na promoção do desenvolvimento. O mercado é uma peça importante da engrenagem capitalista que trabalha em favor do crescimento, influenciando o aumento da riqueza das nações, mas a experiência tem mostrado que ele precisa ser regulado e que, claramente, se não forem corrigidas suas falhas, ele vai restringir as estratégias de médio e longo prazos necessárias para o desenvolvimento econômico equilibrado. Ou seja, o mercado sanciona (quando não as reforça) as assimetrias na distribuição da riqueza.

Por isso é que, no Nordeste, que se caracteriza por agudas polarizações econômicas, sociais e espaciais, o Estado tem uma maior responsabilidade, no sentido de intervir para alcançar aqueles segmentos que o mercado falha em atingir. Em outros termos, podemos afirmar que é preciso construir na região um projeto de desenvolvimento inclusivo. Mas para alcançar esse objetivo deve existir uma boa provisão de educação, saúde e serviços sociais; uma infraestrutura capaz de atrair novos investimentos; e mecanismos de financiamento, que garantam recursos financeiros para empresas de todos os portes localizadas no Nordeste. São esses elementos que constituem o núcleo germinador do potencial competitivo da região e devem se situar no principal eixo da intervenção governamental na economia.

De maneira geral podemos dizer que o Estado tem a responsabilidade de construir nas regiões menos favorecidas do território nacional a infraestrutura social e econômica necessária para garantir as condições de acesso aos investimentos estratégicos nacionais, sem as quais dificilmente se quebrará o mecanismo gerador de desigualdades que opera em nossa economia. O modelo de crescimento implementado na região foi causador das atuais fricções espaciais, e se elas persistem é porque os mecanismos de mercado locais ou regionais desempenham a tarefa de eliminá-las de forma insatisfatória, razão porque carecem de uma maior assistência do Estado. Certamente, isso explica a maior necessidade de políticas

públicas de desenvolvimento na região Nordeste do Brasil, do que em outras áreas, que já dispõem dos ingredientes das vantagens competitivas.